



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

DOUGLAS RAFAEL KETTNER MEIRELES

**O CONSELHO ULTRAMARINO PORTUGUÊS E A COMUNICAÇÃO DA  
CAPITANIA DE PERNAMBUCO COM A CORTE EM TEMPOS DE GUERRA:  
1644 - 1654**

RECIFE

2024

DOUGLAS RAFAEL KETTNER MEIRELES

O CONSELHO ULTRAMARINO PORTUGUÊS E A COMUNICAÇÃO DA  
CAPITANIA DE PERNAMBUCO COM A CORTE EM TEMPOS DE GUERRA:  
1644 - 1654

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia)  
apresentado a Universidade Federal Rural de  
Pernambuco (UFRPE), na disciplina de TCC II,  
como requisito básico para a conclusão do Curso  
de Licenciatura em História.

Orientadoras: Profa. Dra. Suely Creusa Cordeiro de  
Almeida e Profa. Dra. Luanna Maria Ventura dos  
Santos Oliveira

RECIFE

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- M514c Meireles, Douglas Rafael Kettner  
O Conselho Ultramarino Português e a comunicação da Capitania de Pernambuco com a Corte em tempos de guerra: 1644 - 1654 / Douglas Rafael Kettner Meireles. - 2024.  
51 f. : il.
- Orientadora: Profª Drª Suely Creusa Cordeiro de Almeida.  
Coorientador: Profª Drª Luanna Maria Ventura dos Santos Oliveira.  
Inclui referências e anexo(s).
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,  
Licenciatura em História, Recife, 2024.
1. Conselho Ultramarino Português. 2. Pernambuco. 3. Comunicação. 4. Brasil Holandês . I. Almeida, Profª Drª Suely Creusa Cordeiro de, orient. II. Oliveira, Profª Drª Luanna Maria Ventura dos Santos, coorient.  
III. TÍTULO

DOUGLAS RAFAEL KETTNER MEIRELES

O CONSELHO ULTRAMARINO PORTUGUÊS E A COMUNICAÇÃO DA  
CAPITANIA DE PERNAMBUCO COM A CORTE EM TEMPOS DE GUERRA:  
1644 - 1654

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia)  
apresentado a Universidade Federal Rural de  
Pernambuco (UFRPE), na disciplina de TCC II,  
como requisito básico para a conclusão do Curso  
de Licenciatura em História.

Orientadoras: Profa. Dra. Suely Creusa Cordeiro de  
Almeida e Profa. Dra. Luanna Maria Ventura dos  
Santos Oliveira

Recife, 28 de Fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Suely Creusa Cordeiro de Almeida

Universidade Federal Rural de Pernambuco

---

Luanna Maria Ventura dos Santos Oliveira

Universidade Federal Rural de Pernambuco

---

Paulo Fillipy de Souza Conti

Universidade Federal Rural de Pernambuco

---

Juarlyson Jhones Santos de Souza

Instituto Federal Rural de Pernambuco

## AGRADECIMENTOS

O 2º verso do Salmo 103, atribuído a Davi, diz “*bendize, ó minha alma, ao SENHOR, e não te esqueças de nenhum de seus benefícios!*”. Com estas palavras, inicio meus agradecimentos ao Senhor Deus, criador de tudo, por tudo que Ele tem feito em minha vida e ao longo da minha jornada acadêmica. Sem a Sua presença, motivando os meus dias e suprimindo minhas necessidades, nada disso seria possível. Agradeço, de igual modo, a Jesus Cristo, autor e consumador da minha fé, por ser meu melhor amigo nas horas mais difíceis, e ao Espírito Santo, meu consolador, por ser a voz que me guia pelos momentos tenebrosos.

Agradeço aos meus pais, Ricardo e Olga, por sempre me amarem, por cuidarem de mim, por apoiarem os meus sonhos e por todo esforço empreendido em prol da minha educação. Amo muito vocês.

À minha família, pelo carinho e cuidado de sempre. Em especial, minhas avós Olga (in memoriam), Neide e Dilma, meus avôs Jan, Meireles e Edvaldo (todos in memoriam), meus tios Fred, Hans, Mânia, Cid, Celso, Célia, Carlos e Suely, meus irmãos Beatriz, Bruno e Bruna, bem como todos os meus meus primos. Também agradeço a Simone e a Sidney, por tudo que vocês fizeram por mim.

A todos da Escola Lima Oliveira, por ajudarem a despertar o meu interesse na educação, em especial, aos meus amigos João e Elêda, pelas aventuras de sempre e pelo apoio. Também agradeço a Tia Mônica, Tia Cecinha, Tio Max e Tia Neuza (In Memoriam), por tudo que fizeram por mim.

A todos do Colégio Jussara Ferreira, lugar onde dei meus primeiros passos rumo às descobertas do conhecimento. Em especial, a Tia Jussara e equipe, por sempre cuidar de mim. Agradeço a Thais, minha amiga do Jussara para a vida, pelas orações e por sempre ter a palavra certa nos momentos mais difíceis.

A todos da IEADPE, minha segunda casa. A todo o ministério da igreja, que acompanhou a minha caminhada cristã desde 2015. Aos meus amigos e irmãos da Área 49 e da congregação do Janga, pelas orações, palavras e ajuda de sempre. Aos componentes da Orquestra Doce Harmonia. A Miqueias e a Atos, por serem quem são em minha vida, o meu muito obrigado.

A todos da UFRPE, que participaram direta e indiretamente da minha formação acadêmica. Aos professores, que me ajudaram a escalar cada degrau da graduação. Em especial, agradeço as professoras Suely Almeida e Luanna Ventura, minhas

orientadoras, que me ajudaram em tudo. Sem elas, esta pesquisa não sairia do mundo da imaginação. Obrigado pela paciência de sempre. Agradeço também ao professor Bruno Miranda, que foi de grande ajuda para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas de turma, em especial Rodrigo, Thomas, Igor, João Otávio, Robert, Rosa, Maria Eduarda e Talita. Agradeço a Beatriz, minha dupla inseparável. Sem ela, não teria chegado ao final deste curso. Obrigado por tudo.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos meus alunos, que são a força que me faz querer continuar lutando pela história e pela educação.

*Porque Dele, e por Ele, e  
para Ele são todas as  
coisas; glória, pois, a Ele  
eternamente. Amém!*

*Carta do Apóstolo Paulo aos  
Romanos, capítulo 11, versículo  
36. C. 57 d.C.*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as correspondências enviadas da capitania de Pernambuco para Portugal, entre os anos de 1644 e 1654, constantes no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), e acessadas através do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, coincidindo com os momentos finais do que se conhece como “Brasil Holandês”. Tais documentações, embora fossem endereçadas ao monarca português, adentravam na Corte pelas mesas do Conselho Ultramarino: órgão criado em 1642 e que recebia a maior parte das demandas vindas dos mais diversos lugares do império ultramarino português. Observando-se o contexto histórico mundial e local de produção desses documentos, qual seja a União Ibérica (1580-1640), a Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648) e o Brasil Holandês (1630-1654), bem como a formação e anos iniciais do Conselho Ultramarino Português, é possível compreender melhor as correspondências em apreço, com seus remetentes e assuntos, dentro da conjuntura da guerra.

**Palavras-chave:** Conselho Ultramarino; Comunicação; Pernambuco; Arquivo Histórico Ultramarino; Brasil Holandês

## ABSTRACT

The present work aims to analyze the correspondence sent from the captaincy of Pernambuco to Portugal, between the years 1644 and 1654, as contained in the Overseas Historical Archive (OHA), accessed through the Baron of Rio Branco Rescue Project, coinciding with the final moments of what is known as “Dutch Brazil”. Although these documents were addressed to the Portuguese monarch, they entered the court through the desks of the Overseas Council: an organ created in 1642 that received the majority of demands from various places within the Portuguese overseas empire. By observing the global and local historical context of the production of these documents, namely the Iberian Union (1580-1640), the Eighty Years' War (1568-1648), and Dutch Brazil (1630-1654), as well as the formation and early years of the Portuguese Overseas Council, it is possible to better understand the correspondence in question, with its senders and subjects, within the context of war.

**Keywords:** Overseas Council; Communication; Pernambuco; Overseas Historical Archive; Dutch Brazil

## LISTA DE ABREVIATURAS

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

VOC – Companhia Neerlandesas das Índias Orientais (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie*)

WIC – Companhia Neerlandesas das Índias Ocidentais (*West-Indische Compagnie*)

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>11</b> |
| <b>1. UNIÃO IBÉRICA, RESTAURAÇÃO PORTUGUESA E A GUERRA CONTRA OS NEERLANDESES NA AMÉRICA.....</b>                                    | <b>14</b> |
| 1.1. A união ibérica (1580-1640) e a restauração portuguesa (1640) .....   | 14        |
| 1.2. A guerra contra os neerlandeses na América.....   | 17        |
| <b>2. FORMAÇÃO E PRIMEIROS ANOS DO CONSELHO ULTRAMARINO PORTUGUÊS.....</b>   | <b>23</b> |
| 2.1. O Conselho da Índia e o Conselho Ultramarino.....   | 23        |
| 2.2. Os anos iniciais do Conselho Ultramarino e a historiografia.....  | 25        |
| <b>3. O ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, O PROJETO RESGATE E AS COMUNICAÇÕES PARTIDAS DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO RUMO À CORTE.....</b> | <b>29</b> |
| 3.1. O Arquivo Histórico Ultramarino e o Projeto Resgate.....  | 30        |
| 3.2. O Conselho Ultramarino e o levante em Pernambuco.....   | 31        |
| 3.3. As comunicações entre a capitania de Pernambuco e a Corte entre 1644 e 1654.....  | 34        |
| 3.3.1. Correspondências com dois ou mais remetentes.....   | 35        |
| 3.3.2. Remetentes com duas ou mais correspondências.....   | 37        |
| 3.3.3. Remetentes com uma correspondência.....   | 39        |
| 3.3.4. Resultados.....   | 41        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>43</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>   | <b>44</b> |
| <b>FONTES.....</b>   | <b>47</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>   | <b>51</b> |
| Anexo 1.....   | 51        |
| Anexo 2.....   | 52        |

## INTRODUÇÃO

Em 20 de fevereiro de 1647, alguns dos moradores da capitania de Pernambuco escrevem uma representação<sup>1</sup> ao seu soberano, o monarca D. João IV de Portugal. No documento, os remetentes pedem munições, armas e mantimentos para que se possa continuar combatendo um inimigo há muito conhecido pelos luso-brasileiros: os neerlandeses.

O documento, como muitos outros que cruzaram o Atlântico, emitidos na colônia americana portuguesa, rumo a Corte, embora tenha como destinatário o monarca, chega nas correspondências do Conselho Ultramarino: órgão criado em 1642 e que passou a receber a maior parte das demandas do ultramar português (BARBOSA, ACIOLI e ASSIS, 2006, p. 32). Embora sejam do século XVII, muitas dessas documentações foram preservadas, permitindo a todos que as analisam conhecerem os interlocutores e as dinâmicas existentes entre uma colônia em guerra e sua Corte.

A análise dessas correspondências ajuda na compreensão de um dos momentos mais interessantes da história mundial. Durante os primeiros anos da restauração portuguesa, após um longo período de união das coroas portuguesa e espanhola, o governo do novo monarca, D. João IV, buscou organizar a estrutura do império ultramarino. Para tanto, uma série de mudanças na administração foi feita, no intuito de melhor governar e controlar as possessões do além-mar. Dentre as mudanças, ocorreu a criação do Conselho Ultramarino.

Mas, enquanto Portugal retomava o controle do seu governo na Europa, uma parte de sua colônia na América continuava suas lutas contra os flamengos (ou neerlandeses), que consolidaram seus domínios na região no início dos anos de 1630, através dos esforços da Companhia das Índias Ocidentais (WIC). No centro deste conflito está a capitania de Pernambuco, a mais rica da região, e sede do governo holandês, no Norte do Estado do Brasil<sup>2</sup> (MELLO, 1998, p. 13).

---

<sup>1</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 353.

<sup>2</sup> A ideia de “nordeste” como região é algo posterior ao século XVII. Neste período, a colônia portuguesa na América se dividia em Estado do Maranhão e Grão-Pará, ao norte, e Estado do Brasil, ao sul. Este, por sua vez, se subdividia em capitanias do Norte e do Sul. Sobre a noção de “nordeste”, ver ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009. 340 p. Já sobre a divisão territorial da América portuguesa seiscentista, ver CHAMBOULEYRON, Rafael. Conquistas diferentes e de diferentes climas: o Maranhão, o Brasil e a América portuguesa (séculos XVII e XVIII). Esboços, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 86, jan./abr., 2019.

O momento da insurreição pernambucana, movimento que põe fim ao domínio batavo na região, é marcado por uma grande troca de correspondências entre a capitania de Pernambuco e a Corte. Em sua grande maioria, as correspondências transitavam nas mesas do recém-criado Conselho Ultramarino.

Será, portanto, objetivo deste trabalho compreender o surgimento e o funcionamento do Conselho Ultramarino, no contexto imediatamente posterior ao movimento conhecido como restauração portuguesa (1640), bem como a situação da capitania de Pernambuco, durante a luta para a expulsão dos neerlandeses do território português na América e, por fim, analisar as comunicações que atravessavam o Atlântico, saídas de Pernambuco, em direção a Portugal, buscando encontrar os interlocutores, o teor de tais diálogos e possíveis relações com os rumos tomados pela guerra dos luso-brasileiros com os neerlandeses.

Ao analisar as comunicações entre uma capitania em guerra e sua metrópole, por meio de um órgão consultivo, a pesquisa auxiliará na compreensão das dinâmicas envolvendo diferentes pontos de um império pluricontinental. Além disso, lançará luz nos personagens que participaram deste importante capítulo da história brasileira, identificando os interlocutores que, mesmo submetidos ao domínio neerlandês, continuam a escrever ao seu rei.

O estudo aqui abordado envolve o espectro da história política, analisando as esferas de poder e a burocracia que envolvia o sistema de comunicação da Corte portuguesa com suas colônias, ambos inseridos no contexto do Antigo Regime. Desde o seu surgimento como campo de análise, a história política vem se desenvolvendo, na busca de compreensão das relações entre a história e o poder (MEDEIROS, 2017, 266). Com o advento da Escola dos *Annales*, no século passado, a história política tem se atrelado ao estudo da história social. Se antes o foco era apenas nos núcleos de poder, hoje já se observa uma história que também se interessa pelos súditos, ou eleitores (em um contexto democrático). Também se liga a história militar, por estar em íntima conexão com os conflitos que moldaram o mundo moderno, entre os séculos XVI e XVIII.

Sobre a Comunicação Política, os estudos têm avançado nas últimas décadas no Brasil. A título exemplificativo, tem-se os esforços de João Frago e Nuno Gonçalo Monteiro na organização do livro *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*

(2017)<sup>3</sup>. A obra, cujo prefácio é assinado por Antônio Manuel Hespanha, reúne textos dos próprios autores e de outros historiadores de renome, como Pedro Cardim e Maria Fernanda Bicalho, tratando de questões como o funcionamento da monarquia portuguesa e a circulação das comunicações com o ultramar. O estudo da comunicação política, portanto, auxilia na compreensão das dinâmicas de poder envolvendo a Corte e uma colônia em guerra, como era o caso de Portugal e a América Portuguesa, sob o domínio neerlandês.

---

<sup>3</sup> FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org). Um reino e suas repúblicas no Atlântico. Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, 476 p.

## 1. UNIÃO IBÉRICA, RESTAURAÇÃO PORTUGUESA E A GUERRA CONTRA OS NEERLANDESES NA AMÉRICA

O estudo do contexto histórico português e de seu império ultramarino - em especial, a América Portuguesa - é essencial para a compreensão tanto da formação do Conselho Ultramarino Português, quanto como se deu a comunicação da colônia invadida com a Corte, no período de dominação neerlandesa.

### 1.1. A união ibérica (1580-1640) e a restauração portuguesa (1640)

Durante os séculos XVI e XVII, a história de Portugal vivenciou diversos embates políticos. Saindo do período das grandes navegações, onde estendeu seus domínios ultramarinos desde a América, passando pela costa africana e indiana até chegar a enclaves comerciais no Japão e China, o Império Português enfrentou, nos séculos XVI e XVII, seu momento crucial, no tocante à sua soberania política, desde a formação do Reino, com a união de sua Coroa com a espanhola:

A América portuguesa, como o resto dos territórios lusos de ultramar, entrou na órbita da Monarquia dos Habsburgo depois da aclamação de Felipe II de Espanha como I de Portugal, nas Cortes de Tomar de 1581-1582. Este fato abriu um período, de 1580 a 1640, no qual as duas coroas, hispana e lusa, estiveram unidas no corpo físico de um só rei, constituindo o que genericamente tem sido conhecido como “União Ibérica” (Megiani, Pérez, Silva, 2016, p. 7)

O momento, conhecido pela historiografia como União Ibérica, teve início no ano de 1580. A morte precoce do Rei D. Sebastião (1557 – 1578), na batalha de Alcácer-Quibir, durante incursões militares no norte da África contra os mouros, colocou o trono português nas mãos de seu Tio-avô, o cardeal D. Henrique, que morreu dois anos depois, em 1580, deixando o trono vago mais uma vez. Segundo Hermann:

O reino vivia momento político delicado depois da derrota frente aos mouros em Alcácer Quibir, no fatídico 4 de agosto de 1578. Celibatário, o rei D. Sebastião desapareceu nas areias do Norte da África sem deixar herdeiros para o trono português, assumido pelo último filho vivo de D. Manuel, o cardeal D. Henrique. (2010, p. 142)

As disputas pela Coroa portuguesa acontecem entre D. Antônio, conhecido como o “prior do Crato”, D. Catarina, a duquesa de Bragança e Filipe II, rei espanhol:

D. Antônio pretendia superar as pretensões de seu primo e rei de Espanha, Felipe II, e da duquesa de Bragança, D. Catarina, a sobrinha preferida do cardeal. O monarca castelhano era neto de D. Manuel, por linha materna; D. Catarina também era neta do Venturoso, por linha paterna, e D. Antônio, Prior

do Crato, descendente como os outros da Casa de Avis, único varão de ascendência masculina, o que poderia ser uma vantagem sobre os demais, não fosse ele filho ilegítimo do já falecido Infante D. Luís. (HERMANN, 2010, p. 142)

Filipe II, ao vencer as disputas políticas e ascender ao trono português, unifica a duas coroas sob seu domínio, aumentando sobremaneira as possessões territoriais dos Habsburgo, que já dominavam grandes territórios no continente europeu, incluindo as províncias que dariam origem aos países baixos, e grandes territórios além-mar, com destaque para a América Espanhola. Nas palavras de Stella:

O império de Filipe II compunha-se principalmente pelo patrimônio dinástico dos ramos Habsburgo-borgonhês e Castelhana-aragonês e pelas conquistas levadas a cabo por seu pai e por ele próprio. Alguns anos antes da união das Coroas, achavam-se sob o seu domínio os territórios do reino de Castela e Aragão, ou seja, toda a Península Ibérica exceto Portugal, Ilhas Baleares, Sardenha, Nápoles, Sicília, Milão, Ilhas Canárias, Penhóm de Velez, Melilha, Orão, Mostagame, Filipinas e os territórios americanos dos vice-reinos de Nova Espanha, de Nova Granada e do Peru, além do Caribe. (1993, p. 15)

No mesmo sentido, afirmam Megiani, Pérez e Silva:

O império de Felipe II, já muito extenso depois das incorporações americanas, convertia-se numa estrutura de dimensões “globais”, nos termos de hoje, “universal” como diziam os homens da época. O conjunto passaria a ser conhecido como “Monarquia Católica”, ou seu sinônimo, “Monarquia Universal”, a grande defensora da fé católica frente aos seus dois maiores inimigos: o Islã e os rebeldes protestantes. (2016, p. 7)

Como observado, entre os anos de 1580 e 1640, todo o aparelho imperial português ficou atrelado aos domínios espanhóis. É certo que o Império português manteve suas estruturas burocráticas independentes das do império Espanhol, mas, ainda sim, era dominado pelos reis castelhanos.

No entanto, o sentimento nacional português era bastante forte e o próprio Filipe foi bastante prudente para assegurar que, em 1581, na assembleia das cortes que sancionou legalmente a sua ocupação da Coroa, os dois impérios coloniais deviam permanecer entidades separadamente administradas...O rei Filipe II da Espanha e I de Portugal jurou preservar as leis e a língua portuguesa, consultar os conselheiros portugueses em todos os assuntos respeitantes a Portugal e às possessões portuguesas, e nomear apenas funcionários portugueses para essas possessões. (BOXER, 1981, p. 119).

O período comporta o reinado de três monarcas, todos eles de nome Filipe: Filipe II (I de Portugal), Filipe III (II de Portugal) e Filipe IV (III de Portugal). Embora seja a figura mais importante do governo, os reis espanhóis nomeavam vice-reis para o governo português, a exemplo do que realizavam no restante da América. Também foram criados conselhos políticos voltados à administração de Portugal, como parte

da administração polissinodal espanhola, onde cada parte de seus domínios era governada por um conselho:

Ao unir-se de fato à Coroa filipina em 1581, Portugal não só incorporou-se ao conjunto de reinos e conquistas dependentes de um monarca comum, como também passou a ser um elemento integrante do modelo de organização político-administrativo espanhol, conhecido pelas designações<sup>10</sup>: sinodal, polissinodal, polissinódica e polissinodial. Isto quer dizer que os territórios que compunham a monarquia eram conduzidos por meio de Conselhos, Juntas e Tribunais. Ausente dos reinos, o rei se fazia representar por um vice-rei ou por governadores. As demais instituições atuantes mantinham-se preservadas. (STELLA, 1993, p. 14)

Citando o historiador inglês John H. Elliott, que cunhou o termo *monarquia composta*, para se referir ao Império Espanhol, em contraposição à ideia de monarquia pluricontinental (aplicada ao reino português), Fragoso e Gouvêa assim descrevem a organização política deste império ibérico:

Para Elliott, esta última monarquia – tendo como referência principal o caso espanhol – era algo constituído por vários reinos, com estatutos próprios que preexistiam à formação de tal monarquia. Os vários reinos eram, desse modo, preservados, nos termos de suas formações originais, com seus corpos de leis, normas e direitos locais. Cada uma dessas unidades mantinha sua capacidade de autogoverno no interior de um complexo monárquico mais amplo. Nesse formato, o rei – o monarca – operava como a cabeça do corpo social, constituído pelos vários reinos que se mantinham regidos por suas regras coadunadas com as leis maiores editadas pela Coroa, como era o caso, por exemplo, do Vice-Reino de Portugal e a edição das Ordenações Filipinas em 1602. (2009, p. 55)

Sobre os conselhos anteriormente citados, dois deles merecem destaque. São eles o Conselho de Portugal, criado em 1582, pelo Rei Filipe II (I de Portugal), como parte do compromisso adquirido diante das Cortes de Tomar de manter a autonomia de Portugal como nação soberana, e o Conselho das Índias, criado em 1604, durante o governo de Filipe III (II de Portugal), que será discutido posteriormente. Sobre o primeiro órgão, Silva assim descreve o compromisso de sua criação, reafirmado pelo rei nas Cortes de Tomar:

As Cortes, quando convocadas, reunir-se-iam sempre em território português. E para preparar decisões em matérias correntes da Fazenda, da Justiça e da Administração, o Rei criaria um Conselho de Portugal, que o acompanharia sempre, cujo recrutamento obedeceria a um perfil determinado em que a nacionalidade portuguesa era condição essencial de provimento (capítulos 15º e 16º) - promessa que nem sempre foi cumprida. (2000, p. 256)

A união das coroas, porém, dura até o início da década de 40 do século XVII. Neste momento, cresce o sentimento anti-espanhol que, atrelado à uma série de fatores, como a miséria vivida pelo povo português e o aumento de impostos, dá início

a inúmeros e violentos movimentos contrários ao domínio castelhano. Tal pressão política culmina com a aclamação de um novo rei pelas Cortes portuguesas. O escolhido foi o nobre João de Bragança, neto de Catarina, uma das pretendentes ao trono português na crise sucessória de 1580. Segundo Hasalová:

Procurava-se o candidato conveniente ao trono português. João de Bragança, o representante da dinastia mais poderosa em Portugal, tem direito legítimo ao trono português como o neto da Catarina de Bragança quem se apresentava em 1580 também como a herdeira legítima do trono, mas não tinha sucesso. Dessa forma a quebra da união poderia ser entendida como a restauração da linha portuguesa, não como a rotura dos regulamentos e tratados. (2015, p. 22)

Ainda sobre o momento da restauração, Hasalová assim o descreve:

A restauração em Portugal planeou-se no primeiro de dezembro de 1640. Agrupando-se os nobres e os simpatizantes deles em frente do palácio em Lisboa, entraram com ímpeto no palácio onde mataram o secretário Miguel de Vasconcelos e a Vice-Rainha, Margarida de Sabóia, duquesa de Mântua foi obrigada a assinar o tratado com o qual comprometeu-se que os navios espanhóis no Tejo render-se-iam e os galões arrancados em Tejo seriam entregados aos portugueses. Logo, um dos conspiradores declarou a independência do país e aclamou João de Bragança como rei João IV solicitando o povo a expressar apoio ao país independente. Como João mesmo não participou na revolução, coroaram-no em 5 de dezembro de 1640 em Lisboa. (2015, p. 22)

Cabe ao novo monarca tanto reorganizar a estrutura política e econômica do reino português e de seu império ultramarino, após o grande período de união das coroas, quanto lidar com a querela contra os neerlandeses, que se estende do oriente até o continente americano, algo que será tratado a seguir.

## 1.2. A guerra contra os neerlandeses na América

Ao passo que, na Europa, Portugal rompia suas relações de dependência com a coroa espanhola, a região Nordeste de sua possessão no continente americano continuava sobre o domínio dos neerlandeses. A invasão dos flamengos resultou de uma série de acontecimentos ocorridos nos séculos XVI e XVII. A coroa espanhola, sob o domínio dos Habsburgo, ao mesmo tempo em que dominava politicamente as estruturas do império português, conforme anteriormente descrito, travava uma luta contra os países baixos, territórios que também estavam sobre seus domínios. Tais províncias não aceitavam as tentativas de reforma política colocadas em prática pelo Rei Filipe II. Neste sentido, as 7 províncias do norte da região declararam-se independentes, formando a República das Províncias Unidas:

A Revolta contra o rei dividiu os Países Baixos em duas partes. Das dezessete províncias da época anterior à luta contra o rei da Espanha, sete ao norte dos Países Baixos se uniram na República dos Países Baixos Unidos. As províncias restantes, ao sul, continuaram sob o poder do rei da Espanha, denominando-se, portanto, Países Baixos Espanhóis ou do Sul. (EBBEN, 2004, p. 45)

Tal luta pela independência, atrelada ao controle que a Espanha exercia sob Portugal e seus domínios marítimos (inclusive a América Portuguesa), resultou em uma série de embargos comerciais contra os neerlandeses. Estes, desde muito tempo, realizavam negócios com os domínios portugueses. O sal lusitano era um produto de grande importância para os flamengos e seu comércio pesqueiro. Além disso, no continente americano, a questão do açúcar era muito lucrativa para os neerlandeses. Produto mais valorizado e consumido do início da modernidade, o açúcar era produzido em abundância nos engenhos da América, com investimentos neerlandeses. Eles também realizavam o transporte, o refino e a venda deste produto em diversas partes do mundo e, em especial, na Europa. Mas, com as proibições impostas nas relações comerciais entre ibéricos e batavos em vigor, o comércio dos países baixos com esses reinos se viu ameaçado. Tais questões podem ser observadas nas palavras de Evaldo Cabral de Mello, historiador pernambucano que dedicou grande parte dos seus estudos ao Brasil Holandês:

Portugal e os Países Baixos tinham uma longa história de relações comerciais quando, em 1580, o Reino uniu-se à monarquia plural dos Habsburgo madrilenos, na esteira da crise dinástica desencadeada pela morte de d. Sebastião no norte da África. Tais relações não poderiam escapar às consequências do conflito hispano-neerlandês, a começar pelos sucessivos embargos sofridos por navios batavos em portos da Península, medidas que afetavam o suprimento de certos produtos indispensáveis à economia das Províncias Unidas, em especial o sal português de que dependia a indústria da pesca, então uma das vigas mestras da prosperidade holandesa, além de produto crucial ao *moeder negotie*, isto é, às atividades mercantis da República no Báltico. (2010, p. 8)

Para realizar sua represália contra os bloqueios impostos por Madri, os neerlandeses criam, em 1609, a Companhia holandesa das Índias Orientais (VOC) que, ao longo do século XVII, realizou uma série de batalhas pelo domínio do comércio realizado no Índico e no oeste do pacífico, disputando com o Estado português da Índia e sua carreira. Segundo Boxer:

Uma vez que as possessões ibéricas estavam espalhadas por todo o mundo, a luta subsequente foi travada em quatro continentes e em sete mares...A batalha travou-se não só nos campos da Flandres e do mar do Norte, mas também em regiões tão remotas como o estuário do Amazonas, o interior de Angola, a ilha de Timor e a costa do Chile. As presas incluíam o cravo-da-índia e a noz-moscada das Molucas; a canela de Ceilão; a pimenta do Malabar, a prata do México, Peru e Japão; o ouro da Guiné e

de Monomotapa; o açúcar do Brasil e os escravos: negros da África Ocidental. (1981, p. 117)

Em 1621 ocorreu a criação de uma nova companhia, desta vez para os assuntos do Atlântico: a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (WIC). Para Mello:

Quando, no decênio final do século XVI, os Países Baixos consolidaram militarmente na Europa sua independência da Espanha, a ofensiva batava desdobrou-se em ofensiva ultramarina visando à destruição das bases coloniais da riqueza e do poderio ibéricos. Nos primeiros anos do século XVII, a Companhia das Índias Orientais (VOC), sociedade de ações operando mediante monopólio outorgado pelo governo neerlandês, promoveu o comércio e a colonização na Ásia em detrimento da presença espanhola e portuguesa naquela parte do mundo. A partir da fundação em 1621 da Companhia das Índias Ocidentais (doravante referida também pelas suas iniciais holandesas, WIC, ou “West Indische Compagnie”), idêntico modelo institucional foi adotado para as Américas e para a costa ocidental da África. (2010, p. 11)

Tais companhias não surgiram ao acaso. Elas foram frutos de um processo de unificação de empresas menores existente no início do século XVI e que eram responsáveis pelo comércio dos neerlandeses. É nesse contexto que se realiza o primeiro ataque ao porto de Salvador, em 1604. Para Mello:

A partir da mudança de eixo econômico, são unificadas as diversas companhias de comércio existentes, surgindo primeiro a VOC em 1602 e, quase duas décadas depois, a WIC (VOC é a sigla em holandês para Vereenigde Oost-Indische Compagnie, que significa Companhia Unida das Índias Ocidentais, já WIC é a sigla para West-Indische Compagnie, ou Companhia das Índias Ocidentais.), e se iniciam os esforços de guerra dos holandeses para tomarem efetivamente territórios do além-mar com os quais já estavam familiarizados, mas dependiam de intermediários portugueses para conseguir comerciar. (2020, p. 110)

Em 1624, a WIC envia uma frota com 26 navios e cerca de 3.400 homens, sob o comando do capitão Jacob Willekens para atacar a cidade de Salvador, capital da colônia portuguesa na América. O ataque é bem-sucedido e os neerlandeses tomam o domínio da urbe de forma rápida. Mas, por questões de organização, comando e provisão, são derrotados e expulsos um ano depois, em 1625, pela chegada de uma grande armada luso-espanhola, sob o comando de D. Fradique de Toledo. Nas palavras de Ronaldo Vainfas:

Em dezembro de 1623, partiu da Holanda uma poderosa esquadra de 26 navios, 3300 homens e 450 bocas-de-fogo, comandada pelo almirante Jacob Willekens, secundado pelo vice-almirante Peter Heyn, cabendo ao coronel Jan van Dorth o comando das tropas terrestres. Objetivo da esquadra: a conquista da Bahia, sede do governo geral e uma das mais importantes regiões açucareiras do litoral brasileiro. Em maio de 1624, estava Salvador conquistada, debelada a resistência do governador Diogo de Mendonça Furtado e a do bispo d. Marcos Teixeira. Mas o que era para ser o início da conquista holandesa das capitâncias açucareiras do Brasil acabou num

rotundo fracasso. El rei Felipe IV da Espanha enviou poderosa esquadra composta de 52 navios, 12 566 homens e 1185 bocas-de-fogo, comandada por d. Fradique de Toledo Osório. (2008, p. 36)

O socorro neerlandês chega tarde (devido à demora nas comunicações e na tomada de decisões pelos Estados-Gerais da República das províncias Unidas) e tal frota, ao retornar, realiza o saque à frota da prata na baía de Matanza, atual Cuba. Tal saque rende cerca de 8 milhões de florins aos neerlandeses, que se utilizam da vultuosa quantia para reestruturar a companhia e se prepararem para um novo ataque. Segundo Araújo:

Entre 1627 e 1630 as ações das frotas da WIC se voltariam para o apresamento e o corso, infligindo duras perdas à navegação lusa. Mas foi em 1628 que a WIC realizou uma de suas maiores façanhas: a captura “da frota espanhola de prata na baía de Matanzas (Cuba), golpeando duramente as finanças já combalidas da monarquia ibérica e rendendo à WIC a pingue soma de 8 milhões de florins” (MELLO, 2010, p. 41). Com o valor conquistado nessa empresa a Companhia pode aprestar uma poderosa armada que se assenhoreou de Olinda em 1630 contava com um efetivo de 7000 homens distribuídos em 67 embarcações. (2014, p. 24)

O novo ataque da WIC ao nordeste do atual Brasil se dá ao norte da investida anterior, desta vez na capitania de Pernambuco, centro do mundo açucareiro português. Johan Baers, predicante de Vreeswiick (Utrecht), citado por Mello, relata o que encontrou na capitania de Pernambuco, pouco tempo após a tomada pelos neerlandeses:

Antes da nossa chegada, existiam em Olinda para mais de 2 mil moradores, que eram todos portugueses, e três companhias de soldados. Havia também alguns cavaleiros que então se achavam em Olinda ou tinham vindo do interior e eram filhos de camponeses ou senhores de engenho, sendo governador ou comandante um tal Matias de Albuquerque, cujo irmão, morador em Portugal, é senhor da capitania de Pernambuco. Toda a capitania de Pernambuco estende-se quarenta milhas para o sul ao longo da costa do mar até o rio de São Francisco, e para o norte cinco milhas até a ilha de Itamaracá ou a vila de Igarapu, e para o interior, de quatro, cinco, seis, sete e até doze milhas e ali é que se acha e é extraído o pau-brasil. Existem na capitania de Pernambuco 131 engenhos, que são moinhos de açúcar, os quais produzem juntos anualmente para mais de 60 mil caixas de açúcar. (MELLO, 2010, p. 29 e 30)

Comandados pelo Almirante Hendryk Loncq, os neerlandeses realizam um primeiro ataque à capital da província, a vila de Olinda, que é tomada no decurso de um dia e, em seguida, dominam o porto da região, denominado Recife. Segundo Mello:

Compunham a armada nada menos do que 67 unidades, transportando 7 mil homens. A chefia das forças de terra fora confiada ao coronel Diederick van Waerdenburch, veterano da Guerra dos Trinta Anos. A 14 de fevereiro de 1630, a armada apontou diante de Olinda. Ao passo que o almirante Loncq bombardeava o porto do Recife, sem, contudo, conseguir ingressar no

ancoradouro interno, lançava seus homens ao norte de Olinda, na praia de Pau Amarelo. (2010, 31)

José Antônio Gonsalves de Mello, em seu clássico *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil (1947)*, obra pioneira e essencial para os estudos do período neerlandês, assim descreve a invasão batava:

A conquista de Olinda e do Recife pôde ser consumada em poucos dias; a força atacante era bastante forte e militarmente superior - note-se que há referências ao emprego de novas armas de guerra - e os habitantes preferiram se retirar; mesmo os que mais tinham a perder com o saque da cidade: os ricos de quem fala Calado com tanto desprezo: "os de barrigas inchadas". O mesmo não aconteceu com a conquista do interior, nem mesmo com a dos lugarejos mais próximos à costa. (1947, p. 43)

A resistência local, liderada pelo nobre Matias de Albuquerque (1580 - 1647), passa a ser feita um pouco mais ao interior, e os neerlandeses ficam circunscritos na cidade de Olinda e no litoral do porto do Recife (onde hoje se localiza a ilha de Santo Antônio):

Da defesa de Pernambuco, fora incumbido o irmão do donatário Duarte de Albuquerque Coelho. Matias de Albuquerque era um brilhante oficial e administrador colonial que governara a capitania anos antes, assumindo interinamente o governo geral do Brasil ao tempo da ocupação neerlandesa da Bahia, para onde despachara reforços continuados. Em 1629, ele fora enviado de regresso ao Brasil pelo governo de Madri, que, informado dos planos da WIC, o designara superintendente da guerra em Pernambuco e demais capitanias do Norte. Tendo dividido suas tropas pouco numerosas e inexperientes entre Olinda e o Recife, Matias de Albuquerque não pôde resistir ao inimigo, que levou a melhor no combate travado às margens do rio Doce. Estava assim aberto o caminho de Olinda que os invasores conquistaram depois de curta resistência. (MELLO, 2010, p. 31)

Percebendo a dificuldade em se proteger a vila de Olinda de eventuais tentativas de reconquista, por parte dos portugueses, os neerlandeses incendiaram a cidade em 1631, passando a exercer o seu governo do Recife. Araújo, citando Mello:

Durante os sete anos que compreendem a primeira fase é possível perceber o lento avanço holandês sobre as praças fortes do nordeste, sendo que num primeiro momento (1630-1632) a presença neerlandesa ficou restrita às praças fortes do litoral, considerando que de posse dessas posições logo assumiriam toda a região (MELLO, 2010, p. 71-72). A estratégia de *guerra lenta* era a única possível e viável para os luso-brasileiros, do modo que durante esse primeiro momento esse esforço conseguiu evitar a penetração dos holandeses na "várzea do Capibaribe, o distrito açucareiro mais próspero do Nordeste, mantendo-os encurralados e, depois de incêndio da vila 32, reduzido ao Recife e suas fortificações" (MELLO, 2010, p. 72- 73). (2014, p. 25)

Este período, que vai de 1630 a 1635 é marcado por embates diários entre os soldados da WIC e a resistência local, que passou a se organizar no conhecido Arraial

do Bom Jesus. Mas a tomada do arraial, com o auxílio de Senhores de engenho locais, marca o início de um período de certa tranquilidade. Araújo (2014, p. 27):

A resistência luso-brasileira não resistiria as vigoras investidas de 1635, que lentamente conquistaram os principais focos de oposição: a Paraíba, o Cabo de Santo Agostinho e o Arraial de Bom Jesus, a principal da resistência luso-brasileira na Várzea (Cf. MELLO, 2007, p. 32-33)

Matias de Albuquerque e a resistência recuam suas tropas para o sul, próximo à fronteira com a capitania da Bahia. Neste interim, Albuquerque é substituído pelo general Rojas e Borja e, em seguida, é encaminhado à Corte, onde fica preso até 1640. Segundo Araújo (2014, p. 26):

No comando das forças de resistência Matias de Albuquerque se retirou para Alagoas, a espera de reforços trazidos pela Armada de D. Lope de Hoces. A armada que o reforço espanhol também trouxe ordens para a substituição do comando da guerra, Matias de Albuquerque cederia seu lugar ao General D. Luís de Rojas e Borja e seria encaminhado ao Reino onde ficaria encarcerado até a aclamação de D. João IV (Cf. MELLO, 2010, p. 142).

Ainda sobre a retirada das tropas para o sul, Mello assim pontua:

Com a capitulação do Arraial e do Cabo, a Matias de Albuquerque só restava retirar-se com a tropa para Alagoas, onde planejava fortificar-se à espera dos reforços militares enviados da metrópole, sob o comando do general d. Luís de Rojas y Borja. Próximo a Alagoas, há um povoado denominado Porto Calvo que também conta poucos habitantes. Na mesma região, existe igualmente muito gado, principal riqueza dos seus moradores, que o trazem de ordinário para Pernambuco. Plantam ali muito fumo, fazem bastante farinha e pescam muitos peixes, na maior parte tainhas, que trazidos para Pernambuco são logo vendidos. Ainda nessa região, existem sete ou oito engenhos, alguns dos quais fazem um pouco de açúcar. (2010, p. 77)

Em 1637 tem início o auge do domínio neerlandês na América Portuguesa, com a chegada do conde João Maurício de Nassau. Nassau fica no Nordeste até 1644 e, neste período, estende os domínios neerlandeses desde o Rio Grande (ao norte, com tentativas de conquista do Ceará e Maranhão), até a foz do Rio São Francisco (ao sul, fronteira com a capitania da Bahia). Além disso, concede vários empréstimos aos senhores de engenho, objetivando a reconstrução do parque produtor de açúcar (destruído com a guerra de invasão) e realiza uma série de reformas no Recife:

Sob a gestão de Nassau o Brasil Holandês passaria por uma reforma administrativa que viabilizaria a governação e a reativação da indústria e do comércio açucareiro, debilitado pelas ações luso-brasileiras que visavam impedir o cultivo da cana de açúcar e o conseqüente lucro de seu beneficiamento. (ARAÚJO, 2014, p. 27)

No último ano da presença de Nassau na América, tiveram início os grandes levantes contra a presença neerlandesas em Pernambuco. Tais levantes vão ganhando forma e desaguam em grandes batalhas, como a do Monte Tabocas (1645),

de Casa Forte (1645) e as duas grandes batalhas do monte Guararapes (1648 e 1649) (MELLO, 2010, p. 292). Nesta última, os neerlandeses ficam cercados no litoral recifense, com a sua linha de suprimentos marítimas cortada. Finalmente, em 1654, os neerlandeses deixam o litoral nordestino, pondo fim, de forma prática, ao denominado Brasil Holandês. A paz final somente seria decidida em 1661, com o Tratado de Haia, onde Portugal se comprometeu em indenizar os países baixos com a quantia de 4 milhões de cruzados. (MELLO, 2010, p. 270)

## **2. FORMAÇÃO E PRIMEIROS ANOS DO CONSELHO ULTRAMARINO PORTUGUÊS**

### **2.1. O Conselho da Índia e o Conselho Ultramarino**

A criação do Conselho Ultramarino Português se dá no contexto dos primeiros anos pós-restauração, no governo de D. João IV. Se insere também na influência de um governo polissinodal deixada pelo contato com a forma espanhola de governar. Por isso, antes de se tratar especificamente da criação do Conselho Ultramarino Português, é necessário se fazer menção ao Conselho da Índia.

Criado em 1604, no reinado de Filipe III (II de Portugal), o conselho organizava e centralizava a administração do Império ultramarino português. Era composto de 9 membros que analisavam as correspondências vindas do ultramar, inclusive as da América Portuguesa, e produziam pareceres a serem enviados ao vice-rei em Lisboa, no contexto da união ibérica. O vice-rei avaliava a questão e a enviava para o Conselho de Portugal, em Madri, que tratava a questão junto ao monarca. Tal conselho, porém, foi extinto em 1614, retornando anos depois, com novas atribuições:

Criado no reinado de Filipe III de Espanha com o intuito de promover um aconselhamento que garantisse o bom governo do espaço ultramarino português, o Conselho da Índia funcionou durante dez anos (1604-1614), durante os quais se ocupou de todos os assuntos que diziam respeito aos espaços portugueses do Atlântico e do Oriente. (HILÁRIO, 2017, p. 1)

Sobre o caminho das correspondências, durante a vigência do Conselho da Índia, Hilário assim descreve:

Depois de analisada a correspondência e de elaborados os pareceres do Conselho, os papéis passariam ao Vice-Rei de Lisboa, que emitiria o seu parecer e o dirigiria ao Conselho de Portugal, em Madrid. Ao Conselho de Portugal cabia então a tarefa de fazer chegar as diversas opiniões ao monarca, a quem cabia a decisão final. O passo seguinte seria o de encerrar

o círculo de comunicação, com o regresso da decisão ao Conselho da Índia, a quem cabia o envio das ordens às possessões ultramarinas. (2017, p. 47)

Para muitos estudiosos, o Conselho da Índia é o ponto de partida para a criação do Conselho Ultramarino, que contem estrutura e atribuições semelhantes às daquele órgão. O próprio regimento que cria o Conselho Ultramarino reproduz grandes partes do regimento de criação do extinto conselho (CAETANO, 1968, p. 41).

Para que se fizesse possível a governabilidade de seu reinado, tanto no tocante às dificuldades de se governar o reino e as possessões ultramarinas, bem como na atividade de distribuição de cargos a apoiadores, D. João IV realiza a criação alguns órgãos superiores. Segundo Loureiro:

Curiosamente, por coincidência ou não, logo após a advertência, em 1642, o governo por tribunais se ampliava: foi criado o Conselho Ultramarino e a Junta dos Três Estados. Além disso, pouco mais tarde, ao Conselho da Fazenda se agregavam mais dois vedores, enquanto o de Estado se beneficiava com um regimento (1645). Assim, D. João IV expandia o modo de governo baseado no sistema polissinodal, deslocando para aqueles novos “corpos” a confiança outrora convergente num só núcleo de poder, onde prevalecia o Secretário de Estado. (2019, p. 121)

Sobre a importância da administração feita por conselhos, Loureiro:

Os Conselhos se tornavam assim espaços privilegiados para o bom governo, porque capazes de promover o triunfo da prudência. Em decorrência, prudência e sabedoria deveriam ser também as virtudes mais apreciadas pelos conselheiros. Ao aconselhar, esses conselheiros auxiliavam o rei a “formar sua vontade”, de modo que a inserção do “rei em seu Conselho” representava o interesse coletivo, o bem comum. Na tratadística, frequentemente a existência do Conselho confere “reputação ao príncipe” e também “sustenta e engrandece o povo” sob sua jurisdição. (2019, p. 135)

Criado por regimento de 14 de julho de 1642, mas de fato instituído em 1643, o Conselho Ultramarino se ocuparia de todas as matérias relacionadas com a administração dos territórios ultramarinos. A justificativa para sua criação está no próprio regimento, onde se lê “*não haver no Reino de Portugal um tribunal separado para se tratarem nele os negócios daquelas partes (Estado da Índia e dos mais ultramarinos) e se fazem o despacho deles por Ministros obrigados a outras ocupações.*” (CAETANO, 1968, p. 65). De forma geral, as correspondências partiam dos mais diversos lugares do império ultramarino, com direção à Corte. Embora fossem endereçadas, na maioria dos casos, ao monarca, os documentos desembarcavam no Conselho Ultramarino. Chegando ao conselho, era transformada em consultas, com pareceres que iam à secretaria real, para despacho final. Para Caetano:

Uma diferença capital se nota entre a competência do novo Conselho e a do Conselho da Índia: desta vez atribuíam-se ao Conselho Ultramarino <todas as matérias e negócios, de qualquer qualidade que forem, tocantes aos ditos Estados da Índia, Brasil e Guiné, Ilhas de S. Tomé e Cabo Verde, e de todas as mais partes Ultramarinas e lugares da África; e por ele há de correr a administração da fazenda dos ditos estados, e a que deles vier ao Reino se administrará pelo Conselho da Fazenda, que correrá também com os empregos e retornos das carregações> (cap. 5) (1968, p. 43)

A obra *Fontes Repatriadas – Anotações de História Colonial; Referenciais para pesquisa; Índices do catálogo da Capitania de Pernambuco* descreve bem a composição e o funcionamento do conselho ultramarino. Segundo Barbosa, Aciole e Assis (2006, p. 32 e 33):

O Ultramarino era composto inicialmente de três conselheiros, dos quais dois seriam fidalgos e homens de guerra (de "capa e espada") e um ligado à justiça (o conselheiro letrado), além de um secretário. Mas adiante este número foi aumentado para quatro. Geralmente eram nomeadas pessoas conhecedoras dos problemas transmarinos, sendo comum recair a escolha sobre antigos governadores (...) Segundo determinação do regimento, a sessão era principiada com o relato dos conselheiros, cujos papéis haviam recebido, por distribuição, do presidente. O relator era o primeiro a votar, seguido dos outros por ordem de antiguidade e, por último, o presidente. Cabia ao secretário redigir o parecer ou consulta, de acordo com a opinião da maioria. No caso de discordância na matéria, os votos deveriam ser registrados em separado. A resolução régia era comunicada ao Conselho para expedição dos documentos necessários. Em caso de falta, era o presidente substituído pelo conselheiro mais antigo e o secretário, pelo mais recente (...) Havia ainda as Consultas do serviço real, quando era o rei quem consultava, e as Consultas de partes, quando os processos se formavam no próprio Conselho, por iniciativa dos interessados, além das Consultas mais específicas, como as da Junta do Comércio e do Conselho da Fazenda, ou as mais gerais, como as mistas e as de todas as conquistas.

Para Abril (2010), em sua dissertação de mestrado denominada "*Governança no ultramar: conflitos e descaminhos no Rio de Janeiro (1725-1743)*":

A escolha deste (Conselho Ultramarino) foi que a todo instante esta instituição era o intermediário entre o governador da capitania, as instituições locais e o rei. Tal Conselho era visto como uma espécie de governo a distância para administrar as conquistas em nome do rei. Pelo Conselho Ultramarino se consultaria "o provimento de todos os ofícios de justiça, guerra e fazenda", e por ele iriam passar "as cartas e provisões que deles se houverem de fazer, e as patentes e despachos que houverem de levar os Vice-Reis, Governadores e Capitães que para as ditas partes forem providos". Abrangendo tantas conquistas e domínios, o volume de papéis que tramitavam pelo Conselho era de tal importância que ficou estabelecida uma rotina de trabalhos na qual a administração das possessões ultramarinas era distribuída pelos dias da semana (2010, p. 10 e 11)

## 2.2. Os anos iniciais do Conselho Ultramarino e a historiografia

Existe um grande debate na historiografia acerca dos primeiros anos do Conselho Ultramarino e sua importância nas tomadas de decisões reais. É bem

verdade que, em seu início, o jovem conselho precisou afirmar sua importância como órgão consultivo para continuar existindo. Como se viu, a manutenção e a conservação de órgãos na administração polissinodal portuguesa atendia aos interesses de nobres e burgueses que eram colocados nos assentos de tais órgãos, para assim garantir apoio e governabilidade. Mas, por outro lado, desagradava uma grande parcela de membros de outros conselhos concorrentes e até de alguns administradores coloniais, tendo em vista que a criação do novo conselho atraiu para si uma série de demandas que, anteriormente, pertenciam a outras instituições do governo português. Segundo Cruz:

Estabelecia-se, assim, uma espécie de **monopólio burocrático**, que não podia deixar de causar núcleos de descontentamento, sobretudo entre os administradores coloniais; os quais revelavam natural indisponibilidade para abdicar da margem de manobra de que então dispunham e que, de acordo com Francisco Cosentino, remontava ao período filipino.<sup>10</sup> A correspondência do primeiro conde de Óbidos, D. Vasco de Mascarenhas, 2.º vice-rei do Brasil (1663-1667), ilustra bem o sentido das suas preocupações com o que considerava ser as galopantes ambições do Conselho Ultramarino, e a forma como estas minavam a sua autoridade. Por exemplo, a 7 de abril de 1664, em carta dirigida a Pedro Melo, governador do Rio de Janeiro (1662-1666), D. Vasco de Mascarenhas referiu: «ainda Vossa Senhoria se admirará mais do Conselho Ultramarino se lhe forem presentes outras razões, por que em todas as matérias, como por obrigação, quer diminuir a autoridade do governo do Brasil». (2015, p. 31 e 32)

Edvaldo de Souza Barros, em sua tese de doutoramento denominada “*Negócios de tanta importância: o Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*”, mostra alguns dos percalços que o recém-criado conselho precisou enfrentar no início de seus trabalhos, bem como a forma com que a guerra contra os neerlandeses no Atlântico e no Índico foi conduzida (algo que será estudado posteriormente). Para Barros, o Conselho Ultramarino, que é visto muitas vezes pela historiografia como o principal responsável pela política centralizadora pós-restauração, era, na verdade:

...um órgão mediador entre as demandas pulverizadas dos diversos agentes ultramarinos e o rei, e um órgão consultivo. Neste sentido, não inova e a alegada centralização a que daria lugar escapa à sua esfera de atribuições. De fato, sua criação instaura mais um pólo de negociação e conflito, e se canaliza junto ao monarca as petições e requerimentos de particulares ou oficiais régios, o faz por transferência de jurisdição e não por criação específica de uma que lhe fosse própria. (2008, p. 24)

Barros também coloca em dúvida a real necessidade da criação do Conselho. Para o autor, já existiam órgãos com as suas atribuições na administração portuguesa:

Embora as questões de ultramar fossem de importância evidente para a Coroa, e suas rendas, indispensáveis à condução e bom sucesso da guerra,

pode-se pôr em dúvida se sua criação era uma necessidade incontornável. Afinal de contas, desde a supressão do Conselho da Índia, em 1614, aquelas questões eram tratadas separadamente por diferentes conselhos. (2008, p. 104)

Ainda sobre a falta de inovação do Conselho Ultramarino frente às questões das conquistas, Barros continua:

Embora único entre os tribunais portugueses, limitados a um ou outro campo de atuação, o Conselho Ultramarino, contudo, não inova no principal, pois Portugal já possuía tribunal para as conquistas com tão amplas prerrogativas. Este fato, de não pequena importância, permitia aos que viam na existência do recém-criado conselho uma ameaça aos seus próprios poderes antecipar as linhas do confronto futuro, adicionando mais um indício de que, primeiro a criação e, mais à frente, a implantação do Conselho Ultramarino, não se dera sem oposição. (2008, p. 105)

Já para Marcelo Loureiro, em seu artigo *“Como Poderemos Restaurar Depois De Perdido, senão Fazendo Justiça?” ‘O Conselho Ultramarino E O diálogo Com As Conquistas Em Tempos De Incerteza (1640-1656)*, publicado em 2019, na Revista de História, a criação do Conselho Ultramarino foi de essencial importância para a centralização dos negócios do ultramar, haja visto que grandes partes da riqueza do Império Português advinham do Além-mar. Segundo o autor:

Assim como houve justificativa expressa para criação do Conselho de Guerra, houve também para seu congêneres. O decreto de criação do Ultramarino justifica bem uma necessidade peremptória, vinculada às circunstâncias fulcrais que experimentavam as conquistas; assim, logo afasta a intenção de uma mera formalidade: gerenciar as conquistas “pelo estado em que se acham”, não apenas para as “conservar” e “dilatar”, mas também para se “recuperar o que se perdeu nos tempos passados”, o que segundo Antônio Vieira, conforme supracitado, só se viabilizava a partir da distribuição de justiça punitiva e distributiva. (2019, p. 127)

Ainda na defesa da importância do Conselho Ultramarino na conjuntura da política ultramarina portuguesa, Loureiro continua:

A finalidade do Conselho se assentava, portanto, em privilegiar as questões ultramarinas e não as deixar ao sabor das circunstâncias. Inaugurava-se um canal especial que deveria beneficiar as relações de interdependência com os distantes vassallos, fundamentais para um desfecho feliz para a nova dinastia, bastante consciente da escassez de seus recursos. Noutros termos, pactuar com os vassallos era fundamental, devendo o Conselho criar condições favoráveis para que isso se tornasse exequível. (2019, p. 128)

No intuito de comprovar o impacto da criação do órgão para o mundo português, Loureiro indica um grande aumento no número de comunicações com o ultramar a partir da criação do referido conselho:

Observando mais de 2.000 documentos trocados entre Bahia, Rio de Janeiro e Lisboa, disponíveis em alguns fundos do Arquivo Histórico Ultramarino, para o período 1641-1668, depreende-se, em primeiro lugar, que houve significativo incremento quantitativo na comunicação política após 1644,

indício forte de que a criação do Conselho efetivamente aproximou o ultramar de Lisboa. (2019, p. 128)

Após combater a ideia da pouca importância da criação do órgão, Loureiro continua a contradizer uma série de conclusões levantadas por Barros acerca da importância e da infância do Conselho Ultramarino Português. Para Loureiro, Barros conclui da análise dos primeiros anos do órgão que o mesmo tinha pouco prestígio perante o monarca e pouca força de jurisdição frente aos outros órgãos da administração polissinodal. Mas, utilizando-se de trabalhos de historiadores renomados como os de Charles Boxer, Maria de Fátima Gouvêa e Miguel Dantas Cruz, Loureiro demonstra que o Conselho Ultramarino conseguiu se afirmar como um órgão consultivo forte e se sobrepôr a outros tribunais em algumas questões-chave da administração portuguesa. Em suas palavras:

Afastado de uma análise relacional e sistemática, Edval de Souza Barros singularizou e potencializou as dificuldades iniciais experimentadas pelo Conselho Ultramarino, concluindo que o tribunal padecia de “déficit de prestígio” junto ao monarca. Assim, em seus resultados mais amplos, Barros contraria a impressão e as conclusões de muitos autores, desde clássicos como Rodolfo Garcia e Charles Boxer, até outros mais recentes, como Maria de Fátima Gouvêa, Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, Maria Fernanda Bicalho, e Miguel Dantas Cruz. Para este último autor, aliás, se a tese de Barros procura demonstrar que o Conselho não funcionava como um polo ativo de deliberação, também é incapaz de mostrar onde afinal as decisões dessa monarquia eram tomadas ou mesmo que personagens mais as influenciaram. (LOUREIRO, 2019, p. 129 e 130)

Por fim, sobre a tese de Barros da falta de prestígio inicial do Conselho Ultramarino em relação a outros órgãos perante o rei, Loureiro atenta para a impossibilidade desta afirmação, haja visto que os primeiros conselheiros do referido tribunal eram nobres titulados, da confiança do rei, que atuavam junto a este:

O decreto de criação do Conselho Ultramarino já insistia que a edificação do tribunal contava com um fim preciso; para além, o tribunal não poderia dispor de déficit de prestígio porque seus primeiros presidentes, em especial, eram nobres titulados. O primeiro, Marquês de Montalvão, com larga vivência ultramarina, constituía-se como “o primeiro homem de Estado, [...] que tem mais experiência que qualquer um [do conselho de Estado]”.<sup>54</sup> Em 1651, foi substituído pelo conde de Odemira, personagem central da política portuguesa nos anos 1640- 1660, um dos quatro nobres, “de que se sustentava o corpo político da monarquia” por volta de 1656 (2019, p. 132)

Miguel Dantas Cruz, embora siga, em muitos momentos, a linha de pensamento de Barros, identifica um grande ponto de importância nos anos iniciais do Conselho Ultramarino, pelo menos no tocante ao levante de Pernambuco contra os neerlandeses, na década de 1640:

Nem só de insucessos flagrantes se fez a infância do Conselho Ultramarino. De acordo com as investigações de Edval de Souza Barros e de Marcello Loureiro, que nem sempre convergem nos resultados apresentados, o Conselho Ultramarino terá pelo menos contribuído para condicionar a forma como se abordou a insurreição pernambucana, que depressa se fez representar em Lisboa. De facto, como mostrou há muitos anos José Gonçalves de Mello, a decisão de patrocinar dissimuladamente o levante foi tomada sobre uma consulta do Conselho Ultramarino, de 18 de março de 1644, na qual se avalizou frei Estêvão de Jesus; o clérigo tinha sido incumbido, pelos moradores de Pernambuco, de felicitar o novo monarca e de dar conta das suas intenções subversivas. Adicionalmente, peticionou o cargo de administrador-geral da gente de guerra do Brasil. (2015, p. 36).

Como visto, o Conselho Ultramarino e sua formação são temas que, nas últimas décadas, têm chamado a atenção de historiadores dos dois lados do atlântico. Sendo um importante ponto de conexão entre as demandas dos diferentes atores do mundo imperial ultramarino português e a Coroa, o órgão participou de momentos cruciais da história administração portuguesa, como foi o caso do apoio ao levante contra os neerlandeses.

### **3. O ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, O PROJETO RESGATE E AS COMUNICAÇÕES PARTIDAS DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO RUMO À CORTE**

Embora tenha perdido o domínio de grandes porções litorâneas para o governo neerlandês, a capitania de Pernambuco e suas personalidades continuaram a se comunicar com a Corte, fazendo caminho, na maioria das ocasiões, pelo Conselho Ultramarino. Como se viu, as comunicações endereçadas ao rei português, de todas as possessões ultramarinas, passavam pelo órgão. Essas correspondências partiam, como se verá adiante, não só dos homens envolvidos com o conflito militar propriamente dito, mas também de políticos, religiosos e até de moradores da dita capitania. Por serem fruto do século XVII, muito do que se produziu neste período se perdeu com o tempo. Mas uma boa parte da documentação ficou preservada, e hoje está reunida no Arquivo Histórico Ultramarino, que será analisada a seguir.

A análise das fontes primárias constitui-se de um dos principais ofícios do historiador, no seu trabalho de produção historiográfica. Entender quem são os autores da comunicação com a Corte, via Conselho Ultramarino, a partir de Pernambuco, em um período de guerra, bem como o teor dessa comunicação, lança luz sobre a situação encontrada na Capitania durante os últimos anos do domínio

neerlandês. Tratando do contexto imperial brasileiro, Bacellar assim descreve o estudo das comunicações para a história:

Numerosas questões relacionadas à administração pública são tratadas na correspondência que autoridades do Executivo mantinham com autoridades das mais diversas esferas. Igualmente interessante, embora menos conhecida e consultada, é a série de requerimentos ao Presidente da Província, que na realidade eram solicitações e pedidos encaminhados por particulares. Tais documentos também nos ajudam a entender o funcionamento do Estado Imperial, em que um súdito podia escrever diretamente às altas autoridades, pulando os escalões intermediários. Essa série costuma também ser bastante instigante por retratar temas do cotidiano municipal e pessoal, fossem eles prosaicos, fossem complexos. (2005, p. 27)

### 3.1. O Arquivo Histórico Ultramarino e o Projeto Resgate

A análise das correspondências trocadas entre a colônia e o Conselho Ultramarino, no tocante à situação de Pernambuco, precisa passar pelo Arquivo Histórico Ultramarino (AHU): órgão português responsável por armazenar e preservar os documentos do ultramar português, produzidos durante a existência do Império colonial. Para Martins:

Uma parte dos arquivos relativos ao Brasil que se conservaram até hoje tem como parceiro Portugal e outros países e comunidades que, num quadro colonial, eram administrados pelos mesmos organismos sediados em Lisboa, numa ótica de conjunto, mas atendendo à informação variável transmitida a partir das entidades administrativas e de governo nas colônias. O Conselho Ultramarino, desde 1642-1643, e a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, desde 1736 e sobretudo desde meados do século XVIII, constituíram os eixos da administração colonial portuguesa central no que respeita ao Brasil. Assim sucedeu até à inversão, em 1808, do estatuto colonial deste território, derivada da transferência da família real e do governo para o Rio de Janeiro, a fim de salvaguardar a independência política de Portugal. O essencial dos arquivos de ambos os organismos forma a estrutura do que se convencionou designar fundo de arquivo “do Conselho Ultramarino” no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) em Lisboa. (2018, p. 40)

Seu arquivo, localizado em Lisboa, constitui-se de uma importante ferramenta de estudo para se compreender a história moderna portuguesa e das mais diversas nações com quem o império teve contato, inclusive o Brasil. Barbosa, Aciole e Assis (2006, p. 83):

O Arquivo História Ultramarino reúne toda documentação relativa à administração ultramarina do Império Português que se encontrava dispersa por vários organismos. Em 1926, os primeiros passos foram dados com a escolha do Palácio Ega, na Junqueira, em Lisboa, para ser o edifício que abrigaria toda documentação com tratamento técnico, especializado. A criação do Arquivo Histórico Ultramarino foi efetivada pelo decreto 19.868 de 09 de junho de 1931. Seria, então constituído dos arquivos do Conselho Ultramarino, da documentação dos Conselhos da Índia, Fazenda e Guerra,

Desembargo do Paço, Casa da Índia e Mesa da Consciência e Ordens, que formavam o arquivo da Marinha e Ultramar e mais, o arquivo do Ministério das Colónias.

Sobre a capitania de Pernambuco, o AHU dispõe de 290 caixas enumeradas, que comportam 20.029 documentos, abrangendo o período que vai de 1590 a 1825. Dentro do recorte temporal ora em análise, observar-se-á documentos constantes das caixas 4 (1637 – 1645) e 5 (1646 – 1652).<sup>4</sup>

Grande parte dessa documentação depositada no AHU encontra-se, hoje, disponível na internet, com acesso livre, por meio do Projeto Resgate Barão do Rio Branco. O projeto, institucionalizado em 1983, quando se firmou o primeiro acordo entre Brasil e Portugal para microfilmagem da documentação do AHU, é encontrado nos servidores virtuais da Biblioteca Nacional Digital e constitui-se de um valiosíssimo banco de documentos sobre o Brasil Colonial:

O objetivo principal do Projeto Resgate – Capitania de Pernambuco traduziu-se na microfilmagem da documentação, gerada nas relações burocráticas entre Pernambuco e Portugal, no período que compreende de 1549 a 1825 e, que, até a presente data está sob a guarda do Arquivo Histórico Ultramarino em Portugal; a sua transposição para o Brasil processou-se em cópias microfilmadas para arquivos públicos de Pernambuco e para o Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. A data que marca o início da documentação referente à Capitania de Pernambuco é 1590 e a data que encerra informações sobre esta capitania é 1833. Entretanto, por motivos alheios à equipe responsável, o Arquivo Ultramarino autorizou a microfilmagem até 1825. Os manuscritos deste período perfazem um total de 33 mil capilhas, aproximadamente. (BARBOSA, ACIOLI E ASSIS, 2006, p. 75 E 76)

### 3.2. O Conselho Ultramarino e o levante em Pernambuco

Como visto, o período que marca a presença de Maurício de Nassau em Pernambuco, conhecido como *pax nassoviana* (VAINFAS, 2009, p. 87), coincide com um momento de relativa tranquilidade nos conflitos com os luso-brasileiros, após os violentos e quase diários embates do início da ocupação. Porém, nos anos finais do governo nassoviano, crescem novamente as tensões e novos planos para a retomada do território passam a ser arquitetados.

Ao mesmo tempo, no âmbito da diplomacia internacional, Portugal e os neerlandeses assinam, em 1641, o Tratado de Haia: uma trégua de 10 anos que firmava aliança entre os dois lados, além de acordar uma forte ofensiva conjunta

---

<sup>4</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de Pernambuco existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), s.d., p. 2

contra o império Habsburgo. Após perder grande parte dos seus territórios no oriente e na África para as companhias neerlandesas, Portugal viu com vantagens a trégua em escala global no conflito luso-neerlandês. Nas palavras de Vainfas:

Estando em curso a Guerra dos Trinta Anos, e sendo a Holanda inimiga histórica da Espanha, contra a qual Portugal então lutava, os conselheiros de D. João IV julgaram razoável propor aos holandeses a devolução dos territórios que outrora pertenciam a Portugal, antes da União Ibérica. O embaixador Tristão de Mendonça Furtado chegou em Haia no início de 1641. Era homem de nobreza e de guerra, que tinha esposado a causa da restauração desde o início. Mas como diplomata era fraco ou pelo menos foi esta a impressão que dele ficou, em Portugal, por suas gestões em Haia. O máximo que conseguiu foi assinar um tratado, em 12 de junho de 1641, em cujo artigo 24 os holandeses admitiam, vagamente, que os territórios do ultramar outrora portugueses poderiam ser objeto de futura partilha ou troca. Futuro incerto. Estabeleceram, ainda, nesse tratado, uma trégua de dez anos. (2009, p. 87)

Embora os neerlandeses tenham descumprido a trégua no mesmo ano da assinatura do tratado, com Maurício de Nassau tomando Luanda e outras praças em Angola, além de estender os domínios batavos do Maranhão até Sergipe (VAINFAS, 2009, p. 87), D. João IV era receoso em apoiar o início de um levante contra os neerlandeses, optando, por muitas vezes, pela via diplomática para a resolução dos conflitos (BARROS, 2008, p. 235 e 236).

É neste contexto que se inserem as primeiras comunicações ao Conselho Ultramarino sobre as intenções de se iniciar um levante contra os neerlandeses em Pernambuco, embora se saiba que as reuniões se iniciaram no mínimo a partir do início da década de 1640. (MELLO, 2010, p. 192 e 193). A chegada de André Vidal de Negreiros a Pernambuco, em 1644, agita a vida política da Capitania, impulsionando nomes como o de João Fernandes Vieira e outras lideranças a iniciar os preparativos para o levante. Segundo Mello:

Frei Estêvão, porém, faleceu antes de partir para o Brasil, sendo substituído na missão por um irmão de hábito, frei Inácio de São Bento, que viajou a Salvador, de onde, reunindo-se a Vidal de Negreiros, passou ao Recife, onde chegaram a 27 de agosto de 1644. Em Pernambuco, eles permanecerão cerca de um mês. Segundo "A bolsa do Brasil", a rebelião que rebentou em Pernambuco e em todos os lugares há três anos que estava resolvida, desde que Vidal veio aqui pela primeira vez com uma frívola e fingida mensagem, e incitou os moradores cujos cabeças eram João Fernandes Vieira e outros, a oferecerem os seus serviços ao rei de Portugal. (2010, p. 1993)

É através do frei beneditino Estêvão de Jesus e de seu pedido de mercê que os conselheiros do Conselho Ultramarino tomam conhecimento das intenções dos luso-brasileiros. Segundo Barros (2008, p. 234):

É por intermédio de uma petição do dito religioso, na qual solicitava o cargo de administrador-geral da gente de guerra do Brasil, que o Conselho Ultramarino toma formalmente conhecimento das intenções dos moradores de Pernambuco, embora estas não tenham sido registradas de maneira explícita na transcrição da consulta.

Como visto, os primeiros contatos demonstram que D. João IV era temeroso em apoiar o levante, temendo as hostilidades neerlandesas contra o mundo português (principalmente no oriente). Mas, ao perceber o pouco avanço do viés diplomático, o rei português muda de posicionamento. Nas palavras de Mello:

Posteriormente, o mesmo grupo enviou a Lisboa frei Estêvão de Jesus, com um plano de compra do Nordeste, para a qual os colonos prometiam contribuir com 2 milhões de cruzados; e, alternativamente, com um projeto de levante. El Rei, porém, só veio a decidir-se em começos de 1644, quando se convenceu da inutilidade das negociações diplomáticas em Haia visando à restituição do Nordeste. Frei Estêvão, porém, faleceu antes de partir para o Brasil, sendo substituído na missão por um irmão de hábito, frei Inácio de São Bento, que viajou a Salvador, de onde, reunindo-se a Vidal de Negreiros, passou ao Recife, onde chegaram a 27 de agosto de 1644. (2010, p. 192)

No tocante ao Conselho Ultramarino, seu posicionamento frente à possibilidade do levante varia ao longo do triênio 1644-1646. De início, ocorre uma recusa muito grande no apoio do monarca ao movimento, cuja preocupação maior é o fim da trégua e possíveis ataques à Bahia. Neste sentido, Barros descreve bem as mudanças de posicionamento do órgão:

Aproximadamente pela mesma época em que frei Inácio de São Bento desembarcava em Salvador, o conselho repassava o memorial de Salvador Correia de Sá apresentado ao Conselho de Guerra em outubro de 1643. Como se viu, os conselheiros ultramarinos sequer entraram no mérito da questão, mais preocupados que estavam com o risco da Bahia ser atacada do que com o negócio de Pernambuco. (2008, p. 236)

A partir de 1646, porém, o órgão passa a apoiar o levante, nos pareceres encaminhados ao rei. Mas, é importante ressaltar que tais variações de posicionamentos se explicam por diferentes fatores, dentre eles o contexto diplomático e a trajetória política e pessoal dos conselheiros:

As mudanças de posição dentro do Conselho Ultramarino respondem a diferentes fatores e ao contexto mais amplo no qual as «parcialidades» se formam. Ponderar o peso das trajetórias pessoais e interesses imediatos, e o constante realinhamento de alianças, por sua vez relacionadas a identidades corporativas e a constrangimentos políticos mais episódicos, a partir do filtro dos pareceres manifestos nas consultas resulta metodologicamente precário, obviamente. O recurso à divisão entre «homens da Índia», na verdade letrados e fidalgos que por experiência pessoal, formação ou relações de parentesco teriam vínculos com o Oriente, e interesses ligados ao Atlântico ou exclusivamente ao reino – ou ao rei-, torna-se útil para avaliar suas posições apenas aceitando o pressuposto que esta divisão permite um *leque variável de opções* a cada um de seus membros. Deste modo, João Delgado Figueira poderia continuar defendendo uma posição menos arrojada em favor

da manutenção das tréguas pelos mesmos motivos que Castilho e Albuquerque, descrentes da condução da política diplomática, terminariam por abraçar a ruptura das tréguas e o «tudo-ou-nada» do conflito aberto. Por sua vez, Montalvão, que de início poderia considerar mais prudente procurar um meio-termo entre a posição real e os «falcões» da corte, levaria em conta o número cada vez maior de adeptos da linha dura e a necessidade de se resguardar de futuros dissabores, cultivando a boa vontade de figuras poderosas no paço. (BARROS, 2008, p. 253)

### 3.3. As comunicações entre a capitania de Pernambuco e a Corte entre 1644 e 1654

Passado o primeiro contato do Conselho Ultramarino com as intenções dos luso-brasileiros em preparar um levante, o órgão continua recebendo cartas do outro lado do atlântico. Como dito anteriormente, todas as cartas endereçadas ao rei português, advindas das suas colônias e que não eram de cunho estritamente eclesiástico, chegavam na mesa do Conselho Ultramarino. Nela, as comunicações eram sondadas e, havendo necessidade, os conselheiros produziam pareceres e os enviavam à secretaria real, para a apreciação do monarca ou de seus representantes.

O extinto Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), órgão que era ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal e responsável pela documentação do AHU, editou diversos catálogos com minutas referentes aos documentos do AHU. Dentre eles, está o *Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de Pernambuco existentes no arquivo histórico ultramarino de Lisboa*. Nesta obra estão contidas as minutas de todas as documentações enviadas de Pernambuco com destino à Corte, bem como as consultas do Conselho Ultramarino aos reis portugueses, e que foram preservadas no AHU.

Os documentos constantes do AHU estão organizados da seguinte forma: de início, traz a sigla AHU (Arquivo Histórico Ultramarino), que é a *entidade detentora*; em seguida a sigla CU (Conselho Ultramarino), que se refere ao *fundo*; passa-se à *série* que, nos casos da documentação referente à capitania de Pernambuco-Brasil, é representada pelo número 015; em penúltimo lugar, a referência indica a numeração da *caixa* (Cx.); por fim, a abreviação D. indica o número do *documento*. As três primeiras informações são separadas pelo sinal *underscore* (\_). Já as duas últimas, por vírgulas.

Observa-se, das minutas anteriormente citadas, em se tratando da capitania de Pernambuco, dentro do recorte temporal em análise (entre 1644 e 1654), a existência de 32 cartas enviadas da capitania de Pernambuco. Deste total, 29 são

endereçadas à Corte, sendo duas delas endereçadas à presidência do Conselho Ultramarino, e as outras 27 tendo como destinatário o próprio rei, mas que passaram pelas mesas do conselho. A primeira dessas cartas data do dia 15 de outubro de 1645 e a última, do dia 12 de março de 1654. Esta última carta repousa como marco final desta pesquisa pois é a primeira carta constante no acervo do AHU enviada de Pernambuco para a Corte, após a rendição dos neerlandeses, que data do dia 26 de janeiro de 1654 (ARAÚJO, 2022, p. 17). Embora se saiba, da análise das minutas das consultas realizadas pelo Conselho Ultramarino ao rei e dos pareceres do mesmo órgão, que muitas outras correspondências foram enviadas de Pernambuco, apenas serão consideradas para esta pesquisa as minutas de correspondências enviadas da Capitania em apreço e que estão disponíveis no AHU, acessadas pelo Projeto Resgate.

Tais comunicações variam em seus tipos. Dentre os 29 documentos encontrados no AHU, encontram-se cartas de autoridades, requerimentos e representações. Sobre as cartas de autoridades, Barbosa, Aciole e Assis (2006, p. 77):

São correspondências das mais diversas origens – Governadores de Capitâneas, Governador Geral do Brasil, Provedores, Procuradores, Ouvidores, Bispos, Almojarifes, Militares que se dirigem ao Conselho Ultramarino. São documentos não diplomáticos, mas oficializados. Podem ser problemas de natureza particular ou oficial expostos ao Rei, para que haja uma resolução, ou conhecimento. Em geral são autoridades subalternas que se dirigem ao Rei.

Os requerimentos estão baseados na jurisprudência e são o meio pelo qual se pede a autoridade que se restabeleça ou restabeleça um direito de pessoa individual ou de uma instituição (BARBOSA, ACIOLE E ASSIS, 2006, p. 77). Já as representações:

São correspondências subscritas coletivamente por indivíduos com os mesmos interesses ou por entidades, enviadas à autoridade competente reclamando, solicitando, pedindo ou apresentando queixas sobre alguma coisa. (2006, p. 78)

As correspondências também variam no número de remetentes, podendo ser individuais, com três remetentes, ou coletivos, o que será visto a seguir.<sup>5</sup>

### 3.3.1. Correspondências com dois ou mais remetentes

---

<sup>5</sup> Nesta pesquisa, ao se referir a determinado documento, se utilizará o número da documentação entre parêntesis, e a referência em nota de rodapé.

O primeiro grupo aqui analisado será das quatro correspondências com três remetentes e as coletivas, compostas por um grupo de pessoas.

Em ordem cronológica, em 1647, os moradores da capitania de Pernambuco enviam uma representação ao Rei D. João IV, peticionando o envio de armamentos e mantimentos do reino para a dita capitania, para o auxílio na luta contra os neerlandeses (Doc. 353).<sup>6</sup> A correspondência não especifica o local de envio, informando apenas o nome da capitania. Tal pedido, feito pelos moradores, é encontrado na maioria das documentações que aqui serão analisadas, demonstrando o estado em que se encontrava Pernambuco no final da década de 1640 e início da década de 1650.

Em seguida, datada de 1647, tem-se a carta dos mestres de campo André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira e Martim Soares Moreno ao monarca (Doc. 364).<sup>7</sup> A carta, enviada da campanha de Pernambuco, relata o andamento do conflito com os neerlandeses, pedindo, ao final, envio de munição.<sup>8</sup> Em 1650 é a vez do Capitão D. Diogo Pinheiro Camarão, do Tenente Antônio Pessoa e do Sargento-mor Domingo Tavares comunicarem ao rei, por meio de carta, os supostos maus-tratos que suas companhias militares recebiam do mestre de campo geral, Francisco Barreto, pedindo justiça da parte do rei (Doc. 404).<sup>9</sup>

No mesmo ano de 1650, sai de Pernambuco uma carta dos oficiais da Câmara de Pernambuco ao rei, referindo-se aos problemas enfrentados pelo povo na guerra contra os flamengos, pontuando a falta de armas e alimentos. A carta também se refere à uma solicitação feita ao mestre de campo geral, para que se envie um tenente ao reino, que relataria a situação da capitania (Doc. 407).<sup>10</sup>

### 3.3.2 Remetentes com duas ou mais correspondências

Dos 29 documentos identificados, 8 têm como remetente o provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, *Cosmo de Castro Passos*. Da leitura de uma consulta do Conselho Ultramarino ao rei, datada de 12 de setembro de 1654,

<sup>6</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 353.

<sup>7</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 364.

<sup>8</sup> Para que se tenha uma noção de como é um documento do século XVII, a digitalização e a transcrição paleográfica da carta dos mestres de campo André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira e Martim Soares Moreno ao monarca estão disponíveis em anexo.

<sup>9</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 404.

<sup>10</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 407.

acerca de um pedido seu para continuar no cargo de provedor da Fazenda Real por mais três anos, observa-se que Passos serviu no cargo por 34 anos, passando a maior parte do tempo do conflito com os neerlandeses ocupado com as provisões da capitania de Pernambuco. Também se percebe do mesmo documento que Passos era cavaleiro da Ordem de Cristo.<sup>11</sup>

Passos envia para a Corte 8 cartas entre os anos de 1645 e 1650. 4 delas têm como local de envio genérico a capitania de Pernambuco e 4 são mais específicas, partindo 3 do Pontal de Nazaré e uma do Cabo de Santo Agostinho. Das 8, 7 têm como destinatário o monarca português, D. João IV e tratam de diversos assuntos. Os mais comuns são informações acerca do envio de pau-brasil para o reino (341<sup>12</sup>, 360<sup>13</sup>, 361<sup>14</sup>) e andamento da guerra (327<sup>15</sup>, 341, 395<sup>16</sup> e 410<sup>17</sup>). Uma carta em específico trata de questões relacionadas ao pagamento de dízimos pelos cavaleiros das ordens militares (355<sup>18</sup>).

Na maioria dos documentos, Passos solicita ajuda do monarca frente à situação da capitania (327, 341, 395 e 410). Como visto, a metade final da década de 1640 e o início da década de 1650 são decisivos na luta contra os neerlandeses e a capitania já sentia o peso da falta de produtos básicos, alimentos e soldados. (MELLO, 2010, pg. 231)

Apenas uma carta identificada não tem como destinatário o monarca, e sim o presidente do Conselho Ultramarino Português à época, o Conde de Odemira, D. Francisco de Faro e Noronha (1575 – 1661). Na carta, datada de 20 de setembro de 1650, Passos informa ao conde como se deu a perda das naus de ajuda que partiram do reino, em direção à capitania, pelas mãos dos neerlandeses, bem como relata as dificuldades existentes na campanha contra os inimigos (409<sup>19</sup>).

Após Cosmo de Castro Passos, o maior número de cartas encontradas tem como remetente *Francisco Barreto de Menezes* (1616 – 1668), Mestre-de-Campo Geral da Capitania de Pernambuco. Menezes participou ativamente da luta de expulsão dos neerlandeses, dirigindo o exército compostos pelos terços de João

---

<sup>11</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 6, D. 498.

<sup>12</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 341.

<sup>13</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 360

<sup>14</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 361.

<sup>15</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 4, D. 327.

<sup>16</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 395.

<sup>17</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 410.

<sup>18</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 355.

<sup>19</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 409.

Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Antônio Filipe Camarão (MENDES, p. 58). Após o conflito, chegou a ser Governador-Geral do Brasil, entre 1657 e 1663 (BARBOSA, ACIOLI E ASSIS, 2006, p. 111).

Todas as 6 cartas encontradas são endereçadas ao Rei D. João IV. 3 delas são enviadas do Pontal de Nazaré (394<sup>20</sup>, 396<sup>21</sup> e 408<sup>22</sup>), uma de Recife (464<sup>23</sup>), uma do Arraial (421<sup>24</sup>) e uma indica apenas o nome da capitania (403<sup>25</sup>). Por advirem de um militar, as cartas tratam, de uma forma geral, de questões relacionadas com a guerra.

As primeiras 4 cartas (394, 396, 403 e 408), todas do ano de 1650, tratam de temas como o estado deplorável das tropas neerlandesas, indicando um possível momento certo de ataque por parte das tropas luso-brasileiras; a própria situação das tropas do rei; e de problemas com os navios de abastecimentos vindos do reino, que eram constantemente interceptados pelo inimigo. Nestas cartas também existem pedidos de envio de alimentos como bacalhau e sardinha, e um pedido de permissão para que um tenente fosse ao reino, informar a situação da capitania.

Na carta de 8 de julho de 1651 (421), Menezes informa o seu aceite em continuar servindo ao rei na capitania de Pernambuco, provavelmente após pedido do monarca. Por fim, a última carta de Menezes do recorte em análise, datada de 12 de março de 1654, após, portanto, a rendição dos neerlandeses, trata da restituição de bens e imóveis de moradores que fugiram durante a guerra, e tiveram suas propriedades retiradas, a mando de Matias de Albuquerque<sup>26</sup>.

Embora tenha uma carta escrita em conjunto com outros mestres de campo, *João Fernandes Vieira* (1610 - 1681) aparece nos arquivos com duas cartas de sua autoria, ambas endereçadas a D. João IV. Vieira nasceu na Ilha da Madeira e foi um proeminente militar e senhor de engenho, participando ativamente da luta de expulsão dos neerlandeses, sendo líder do terço mais poderoso do movimento. Foi governador da capitania do Maranhão e de Angola, retomada pelos portugueses (SOUZA, 2013, p. 68 a 73).

---

<sup>20</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 394.

<sup>21</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 396.

<sup>22</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 408.

<sup>23</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 6, D. 464.

<sup>24</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 421.

<sup>25</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 403.

<sup>26</sup> Matias de Albuquerque (1580-1647) era um oficial e administrador colonial. Governou a capitania de Pernambuco antes da dominação neerlandesa e chegou a ocupar interinamente o cargo de Governador-Geral do Brasil, quando do ataque e domínio de Salvador pelos batavos (1624-1625). Foi incumbido da defesa da capitania frente à invasão neerlandesa. Era irmão do donatário de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho (MELLO, 2010, p. 31).

Em sua primeira carta (385<sup>27</sup>), um requerimento datado de 1649, com indicação de local genérica na capitania, Vieira pede ao rei que se desse despacho aos seus pedidos e serviços no Conselho Ultramarino. Já no segundo documento (402<sup>28</sup>), de 1650, Vieira trata com o monarca sobre suspeitas de pessoas que conseguiam certidões declaratórias de serviço em Pernambuco de forma duvidosa. O Mestre de Campo pede ao rei que despache apenas requerimentos acompanhados de certidões com assinatura sua.

Do mestre de campo André Vidal de Negreiros (1606 - 1680) foi encontrado, além da carta que escreve em conjunto com Vieira e outro mestre, uma carta, datada de 1646 (342<sup>29</sup>). Negreiros foi uma valiosa ajuda para a coroa ibérica na guerra contra os flamengos, participando da luta por Salvador, em 1624, batalhando contra o governo de Maurício de Nassau e, por fim, em todas as fases do movimento de expulsão dos neerlandeses. Por seus serviços, foi nomeado governador das capitanias do Maranhão (1657 – 1661), Grão-Pará (1655-1656), Pernambuco (de 1657 a 1661 e em 1667) e de Angola (1661 – 1666) (PESSOA, 2009).

Assim como uma das cartas de Passos (409), esta correspondência de Negreiros, escrita do Arraial do Bom Jesus, é endereçada ao presidente do Conselho Ultramarino à época, o Marques de Montalvão (D. Jorge de Mascarenhas). Seu teor é comunicar ao monarca a chegada do general prussiano Sigismundo Schkoppe, com navios e soldados neerlandeses à capitania. Além disso, Negreiros, assim como a maioria das cartas anteriormente analisadas, demonstra a necessidade pela qual a capitania passava, pedindo socorro ao reino.

### 3.3.3 Remetentes com uma correspondência

Dando sequência às correspondências com vários remetentes e aos remetentes com duas ou mais cartas, chega-se à análise dos correspondentes com apenas uma documentação enviada à Corte, constante no AHU, no período em tela.

Dentro dos ofícios enviados por remetentes político-militares, tem-se a carta (393<sup>30</sup>) do governador-geral do Estado do Brasil, Conde de Castelo Melhor (João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa). Castelo Melhor foi o representante do rei em

<sup>27</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 385.

<sup>28</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 402.

<sup>29</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 342.

<sup>30</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 393.

terras americanas entre os anos de 1650 e 1654 (BARBOSA, ACIOLI E ASSIS, 2006, p. 111) e nesta correspondência, datada de fevereiro do primeiro ano do seu governo, e enviada do Cabo de Santo Agostinho, trata com o rei D. João IV sobre o auxílio que prestou a Pernambuco, solicitando ajuda do reino para a dita capitania, com urgência.

Outra carta (362<sup>31</sup>), endereçada a D. João IV, é a do mestre de campo geral de Pernambuco, Francisco Rebelo. No escrito, enviado de Pernambuco, Rebelo informa ao monarca seus serviços nas campanhas do São Francisco, bem como pede a gente do terço de Francisco de Souto Maior.

Henrique Dias (início do século XVII – 1662), importante nome da luta contra os neerlandeses e capitão da capitania de Pernambuco também escreve, de Recife, uma carta (406<sup>32</sup>) ao monarca português, em 1650. Esta correspondência revela um pouco das relações entre os membros do exército luso-brasileiro, pois Dias faz saber ao rei possíveis problemas de administração do mestre de campo geral da capitania, Francisco Barreto que, supostamente, o maltratava e não pagava seu soldo de forma correta. Francisco Gomes de Abreu, procurador da Câmara e povo de Pernambuco, também se comunica com D. João IV, em 1646, através de um requerimento (348<sup>33</sup>) pedindo socorro para a população.

As duas correspondências enviadas ao Rei D. João IV por religiosos têm grande relação entre si. A primeira (405<sup>34</sup>), datada de 1650 e enviada de Pernambuco, é a do prior e vigário-geral da capitania, Domingos de Lima. Lima escreve ao rei para informar supostos problemas de administração cometidos pelo Frei Matheus de São Francisco, administrador dos soldados de Pernambuco. Estes problemas estariam gerando discórdia e deserções por parte dos militares. Três anos após a carta de Domingos de Lima, encontra-se no AHU um requerimento (453<sup>35</sup>) do próprio Frei Mateus de São Francisco, junto ao rei D. João IV, pedindo ao monarca que direcione parte dos frutos da capitania para o envio de mantimentos e fardas para os militares de Pernambuco, confirmando, como em outras cartas, o estado lamentável das tropas nos anos finais da luta contra os neerlandeses.

Por fim, dois requerimentos de moradores da capitania de Pernambuco encerram a lista da documentação encontrada no AHU. O primeiro (374<sup>36</sup>), de 1648,

<sup>31</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 362.

<sup>32</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 406.

<sup>33</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 348.

<sup>34</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 405.

<sup>35</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 6, D. 453.

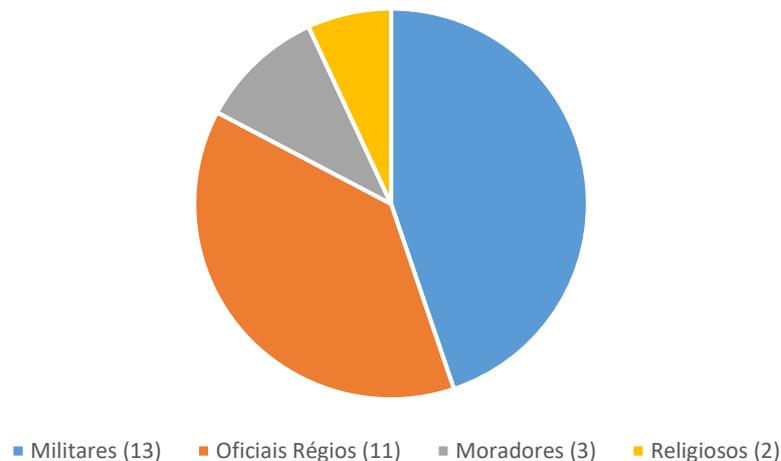
<sup>36</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 374.

foi escrito por Manoel da Cunha de Andrade, onde pede ao rei a devolução de suas fazendas, a prisão de escravizadas de sua propriedade que supostamente teriam se aliado aos neerlandeses, bem como se queixa dos excessos cometidos pelos “gentios livres”. O segundo (412<sup>37</sup>) é um requerimento, datado de 1650, de Isabel de Breu, viúva, onde pede “cumprimento do alvará de lembrança da propriedade do ofício de escrivão dos Órfãos da capitania de Pernambuco para casamento de sua filha ou para seu filho Antônio de Abreu.”

### 3.3.4 Resultados

De forma geral, as 29 correspondências encontradas estão assim distribuídas, de acordo com a natureza do(s) remetente(s):

Cartas enviadas de Pernambuco para a Corte, de 1644 a 1654, contidas no Arquivo Histórico Ultramarino, de acordo com a natureza dos remetentes



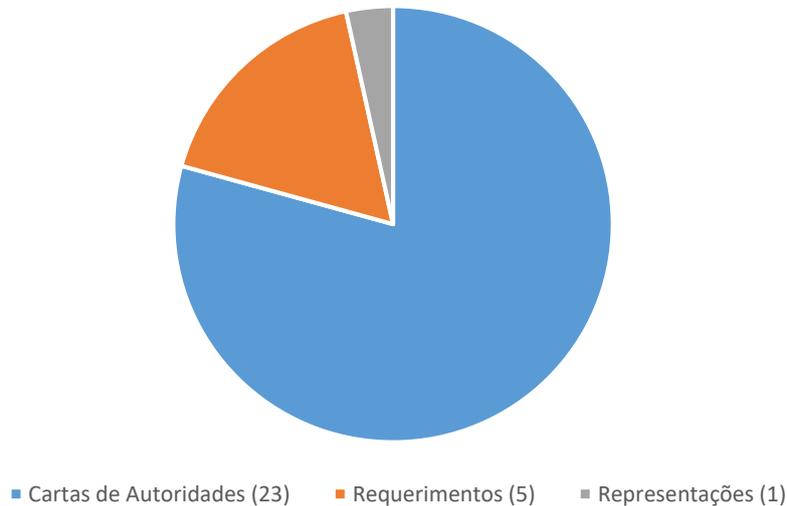
Dentre os militares, as correspondências partiram de mestres de campo gerais (Francisco Barreto e Francisco Rabelo), mestres de campo (João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno), capitães (Henrique Dias e D. Diogo Pinheiro Camarão), tenente (Domingos Pessoa) e sargento-mor (Antônio Tavares). Com relação aos oficiais régios, as correspondências partem do Procurador Real da Capitania Cosmo de Castro Passos, do Governador Geral do Estado do Brasil Conde de Castelo Melhor, do Procurador da Câmara e povo da Capitania de

<sup>37</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 412.

Pernambuco Francisco Gomes de Abreu, e dos oficiais da Câmara de Pernambuco. Já as correspondências dos moradores locais, uma é coletiva e é enviada por vários residentes da capitania, e as outras duas, de particulares (Manuel da Cunha de Andrade e Isabel de Breu). Por último, as correspondências de religiosos partem do prior e vigário-geral da capitania, Domingos de Lima, e do Frei Mateus de São Francisco.

Já sobre a natureza dos documentos, as 29 correspondências assim se dividem:

Nturezza das cartas enviadas de Pernambuco para a corte, de 1644 a 1654, contidas no Arquivo Histórico Ultramarino



Por último, é importante citar que, das 29 correspondências encontradas, 13<sup>38</sup> realizam algum tipo de pedido de ajuda ao monarca português, seja peticionando o envio de mantimentos para os militares e para a população, seja para ajuda com tropas e munições, demonstrando a grande necessidade pela qual passava a capitania de Pernambuco, nos anos finais da dominação neerlandesa.

<sup>38</sup> Projeto Resgate. Pernambuco. AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 348. D. 327, 341, 342, 348, 353, 364, 395, 396, 403, 407, 408, 410, 453.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, mesmo diante da ocupação neerlandesa na Capitania de Pernambuco, determinadas personalidades continuaram se comunicando com a Corte portuguesa. São militares, religiosos, membros da administração pública e populares escrevendo ao seu soberano, no intuito de resolver questões particulares e/ou de interesse geral. As correspondências, embora tratem dos mais variados temas, têm um grande ponto em comum: a maioria delas faz questão de relatar o estado de miséria enfrentado por Pernambuco nos últimos anos da luta contra os batavos.

Fica demonstrado, portanto, a importância das fontes primárias contidas no AHU para a produção historiográfica sobre o período neerlandês. Tais documentos permitem ao historiador lançar um olhar acurado sobre as dinâmicas de poder existentes entre o monarca, seus órgãos da administração pública, a Corte e os inúmeros outros povos, espalhados. Também foi possível observar a importância do Projeto Resgate para o acesso dos documentos em questão.

O Conselho Ultramarino, criado com o objetivo de atrair as demandas do ultramar português (CAETANO, 1968, p. 65), acabou por fazer a ponte entre muitas das correspondências anteriormente citadas e o monarca da época, D. João IV, incrementando o contato das regiões mais distantes do Império com o rei (LOUREIRO, 2019, p. 128). Mesmo tendo um começo conturbado, no esforço de se afirmar como importante órgão da administração portuguesa, o Conselho Ultramarino consegue tomar a frente de importantes aconselhamentos reais, como foi o caso do apoio ao levante em Pernambuco (CRUZ, 2015, p. 36).

Assim sendo, ficou claro que o contato entre a capitania de Pernambuco e a Corte de D. João IV, via Conselho Ultramarino, no período final da dominação neerlandesa na América Portuguesa, continuou ocorrendo de forma periódica, deixando o rei ciente dos problemas decorrentes do conflito. Isto permite compreender um pouco mais sobre os anseios e preocupações dos nomes por trás da grande luta de expulsão dos neerlandeses, conhecida como Insurreição ou Restauração Pernambucana (1645 a 1654), bem como questões de ordem política, militar, econômica e religiosa da época.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIL, Victor Hugo. **Governança no ultramar: conflitos e descaminhos no Rio de Janeiro (1725-1743)**. São Paulo: Paco, 2017.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009. 340 p.

ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. **Governança em tempo de guerra: Governo geral do Estado do Brasil e a gestão da defesa (1642-1654)**. UFJF, 2014. 166 p.

ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. **The Insurrection of Pernambuco and the Surrender of the Dutch in Brazil (1645–1654)**. 2022

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). **Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de Pernambuco existentes no Arquivo Histórico Ultramarino**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), s.d., 3206 p.

BACELLAR, Carlos. **Fontes Documentais: Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, 302p.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa; ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. **Fontes repatriadas: anotações de História Colonial, referenciais para pesquisa, índices do Catálogo da Capitania de Pernambuco**. Recife: Universitária UFPE, 2006.

BARROS, Edval de Souza. **Negócios de tanta importância: o Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)**. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, 2008, 391p.

BOXER, Charles Ralph. **O império colonial português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1981, p. 59.

CAETANO, Marcello. **O Conselho Ultramarino: esboço da sua história**, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1968.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Conquistas diferentes e de diferentes climas: o Maranhão, o Brasil e a América portuguesa (séculos XVII e XVIII)**. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 84-103, jan./abr., 2019.

CRUZ, Miguel Dantas da. **Um Império de Conflitos: O Conselho Ultramarino e a Defesa do Brasil**. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2015, 430 pp.

EBBEN, Maurits A. **A República das sete províncias até aproximadamente 1650**. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654): Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas*. Leiden University Press, 2004, p. 32-79. p. 32.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Monarquia pluricontinental e repúblicas**: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. *Tempo*, Niterói, v. 14, n. 27, p. 36-50, 2009.

FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org). **Um reino e suas repúblicas no Atlântico**: Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, 476 p.

HASALOVÁ, Adéla. **As vantagens e as desvantagens do domínio espanhol sobre Portugal**. Olomouc 2015.

HERMANN, Jacqueline. **Um rei indesejado: notas sobre a trajetória política de D. Antônio, Prior do Crato**. *Revista Brasileira de História*, vol. 30, n. 59, 2010, p. 141 – 166.

HILÁRIO, Ana Teresa. **O Conselho da Índia e o seu papel no provimento das principais fortalezas do Índico (1604-1614)**. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016.

LOUREIRO, Marcello José Gomes. **“Como poderemos restaurar depois de perdido, senão fazendo Justiça?” O Conselho Ultramarino e o diálogo com as conquistas em tempos de incerteza (1640-1656)**. In: *Locus: revista de história*, v. 24, n. 1, p. 121-146, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20869/22386>>. Acesso em 1/02/2023.

MARTINS, Ana Canas Delgado. **A documentação do Conselho Ultramarino como património arquivístico comum**: subsídios à sua história. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, nº 78, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-02>>. Acesso em 05/02/2024.

MEDEIROS, Fabrício Ferreira. **A nova história política**. *Temporalidades – Revista de História*, Edição 25, V. 9, N. 3 (set./dez. 2017). 258-269.

MEGIANI, Ana Paula Torres; PÉREZ, José Manuel Santos e SILVA, Kalina Vanderlei, (Organizadores), Introdução, **O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668)**, *Novas interpretações, Historia Diversa*, V. 2, 7-21, Humanitas, São Paulo, 2016.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil holandês (1630-1654)**. São Paulo, Companhia das Letras, 2010

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada**. Guerra e açúcar no Nordeste. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil, Rio de Janeiro, José Olympio, 1947.

MELLO, Mateus Pio da Costa Bezerra de. **Teoria Institucional De Douglass North E O Uso Da História: Reflexões E Críticas a Partir Da Invasão Holandesa No Brasil (1630-1654)**. UNB, 2020.

MENDES, Caroline Garcia. **A circulação e a escrita de cartas do governador geral do Estado do Brasil Francisco Barreto (1657-1663)**. Biblioteca Nacional, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA DE PORTUGAL. **ACTD-IICT – Instituto de investigação científica tropical**. Disponível em: < <https://actd.iict.pt/>>. Acesso em: 8/02/2024

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **Vidal de Negreiros: um homem do Atlântico no século XVII**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza: ANRUH, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0619.pdf>>. Acesso em: 5/02/2024.

PORTO EDITORA. **D. Francisco de Faro e Noronha na Infopédia**. Porto: Porto Editora. Disponível em:<[https://www.infopedia.pt/\\$d.-francisco-de-faro-e-noronha](https://www.infopedia.pt/$d.-francisco-de-faro-e-noronha)>. Acesso em 10/02/2024.

PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO. BNDigital. Disponível em: <<https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/projeto-resgate/projeto-resgate>>. Acesso em 1/02/2024.

SILVA, Francisco Ribeiro da. **Filipe II de Espanha, Rei de Portugal**: coletânea de documentos filipinos guardados em Arquivos Portugueses. Introdução. Fundação Rei Afonso Henriques, 2000.

SOUZA, Leandro Nascimento de. **Uma Experiência Pernambucana Em Angola: O Governo De João Fernandes Vieira, 1658 a 1661**. Mestrado, UFPE, 2013.

STELLA, Roseli Santaella. **Domínio espanhol no brasil durante a monarquia dos felipes: 1580-1640**. 1993. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. Acesso em: 05 fev. 2024.

VAINFAS, Ronaldo. **Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa**. Tempo, vol. 14, n. 27, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. **Traição: Um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 384 p

## FONTES

### **327- 1645, outubro, 15, Pernambuco**

CARTA do [provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco], Cosmo de Castro Passos, ao rei [D. João IV], sobre as vitórias contra os holandeses e solicitando apoio para o restabelecimento das fortalezas da capitania de Pernambuco.

**AHU\_CU\_015, Cx. 4, D. 327.**

### **341- 1646, agosto, 25, Pernambuco**

CARTA do [provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco], Cosmo de Castro Passos, ao rei [D. João IV], sobre o envio da carga de pau-brasil ao Reino e a chegada de 18 navios e mil e quinhentos soldados holandeses, comandados por Sigismundo Schkoppe, e, pedindo socorro para a defesa da dita capitania.

**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 341.**

### **342- 1646, agosto, 25, Arraial do Bom Jesus**

CARTA do [mestre-de-campo], André Vidal de Negreiros ao [presidente do Conselho Ultramarino], marquês de Montalvão, [D. Jorge de Mascarenhas], sobre a chegada do general Sigismundo Schkoppe com navios e soldados holandeses, e a necessidade de socorro do reino.

**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 342.**

### **348- [ant. 1646, novembro, 16, Pernambuco]**

REQUERIMENTO do procurador da Câmara e povo da capitania de Pernambuco, Francisco Gomes de Abreu, ao rei [D. João IV], pedindo socorro para a população, em virtude da situação causada pela guerra contra os holandeses.

**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 348.**

### **353- 1647, fevereiro, 20, [Pernambuco]**

REPRESENTAÇÃO dos moradores da capitania de Pernambuco ao rei [D. João IV], pedindo munições, armas e mantimentos para combater os holandeses.

**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 353.**

### **355- 1647, maio, 15, Pernambuco**

CARTA do [provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco], Cosmo de Castro Passos, ao rei [D. João IV], sobre a necessidade dos cavaleiros das ordens militares não gozarem do privilégio da isenção do pagamento dos dízimos dos açúcares, lavras e colheitas.

**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 355.**

### **360- 1647, agosto, 8, Cabo de Santo Agostinho**

CARTA do [provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco], Cosmo de Castro Passos, ao rei [D. João IV], sobre o envio de pau-brasil para o Reino e, pedindo prorrogação para o pagamento das dívidas dos moradores da dita capitania.

**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 360.**

### **361- 1647, setembro, 15, Pernambuco**

CARTA do [provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco], Cosmo de Castro Passos, ao rei [D. João IV], informando o envio de pau-brasil para o Reino na caravela do mestre João Nunes, por conta da Fazenda Real.

**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 361.**

**362- [ant. 1647, outubro, 8, Pernambuco]**

CARTA do [mestre-de-campo geral da capitania de Pernambuco], Francisco Rebelo, ao rei [D. João IV], informando seus bons procedimentos na região do rio de São Francisco, e pedindo que se lhe dê a gente que foi do Terço de Francisco de Souto Maior, para poder exercer o seu posto.

**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 362.**

**364- 1647, outubro, 28, Campanha de Pernambuco**

CARTA dos [mestres-de-campo da capitania de Pernambuco], André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira e Martim Soares Moreno, ao rei [D. João IV], sobre a situação da guerra contra os holandeses, e pedindo o envio de munições.

**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 364.**

**374- [ant. 1648, novembro, 14, Pernambuco]**

REQUERIMENTO de Manoel da Cunha de Andrada ao rei [D. João IV], pedindo a devolução de suas fazendas, a prisão de suas escravas que se aliaram aos holandeses, revelando o lugar onde se guardavam suas armas, munições e fazendas, e queixando-se contra os excessos cometidos pelos gentios livres.

**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 374.**

**385- [ant. 1649, agosto, 12, Pernambuco]**

REQUERIMENTO do mestre-de-campo da capitania de Pernambuco, João Fernandes Vieira, ao rei [D. João IV], pedindo que sem embargo, se visse no Conselho Ultramarino seus requerimentos e serviços e se desse os devidos despachos.

**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 385.**

**393- 1650, fevereiro, 27, Cabo de Santo Agostinho**

CARTA (extrato) do [governador-geral do Estado do Brasil], conde de Castelo Melhor, [João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa], ao rei [D. João IV], sobre o socorro que prestou à capitania de Pernambuco, e pedindo para que do Reino se envie o mais rápido possível ajuda para a mesma.

**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 393.**

**394- 1650, fevereiro, 28, Pontal de Nazaré**

CARTA do mestre-de-campo geral da capitania de Pernambuco, Francisco Barreto, ao rei [D. João IV], sobre o estado em que se encontra o inimigo holandês no Recife, e de como é oportuno o momento para sair vitoriosa a guerra contra os mesmos.

**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 394.**

**395- 1650, fevereiro, 28, Pontal de Nazaré**

CARTA do provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, Cosmo de Castro Passos, ao rei [D. João IV], sobre a chegada da armada da Companhia Geral, da ajuda do [governador-geral do Estado do Brasil], conde de Castelo Melhor, [João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa], e pedindo socorro imediato para aquela capitania.

**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 395.**

**396- 1650, fevereiro, 28, Pontal de Nazaré**

CARTA do [mestre-de-campo geral da capitania de Pernambuco], Francisco Barreto, ao rei [D. João IV], sobre o estado de total miséria da campanha e que da mesma forma estão os inimigos holandeses, sendo o melhor momento para vencer a guerra.  
**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 396.**

**402- 1650, julho, 10, Pernambuco**

CARTA do [mestre-de-campo da capitania de Pernambuco], João Fernandes Vieira, ao rei [D. João IV], sobre o fato de algumas pessoas terem conseguido certidões declarando serviços naquelas terras, de forma duvidosa, e pedindo para apenas serem despachados requerimentos que tragam juntos certidões com sua assinatura.  
**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 402.**

**403- 1650, julho, 20, Pernambuco**

CARTA do [mestre-de-campo geral da capitania de Pernambuco], Francisco Barreto, ao rei [D. João IV], sobre a chegada àquela capitania dos navios carregados de sardinha, da tomada de um deles pelos holandeses, e pedindo para se enviar em cada mês embarcações com mantimentos e que estas sejam arribadas em Tamandaré, onde os inimigos não são numerosos.  
**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 403.**

**404- 1650, julho, 24, Pernambuco**

CARTA do capitão D. Diogo Pinheiro Camarão, do tenente Antônio Pessoa e do sargento-mor Domingos Tavares, ao rei [D. João IV], sobre os maus tratos que tem recebido a sua Companhia Militar pelo mestre-de-campo geral, Francisco Barreto, e pedindo justiça para sua gente.  
**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 404.**

**405- 1650, julho, 25, Pernambuco**

CARTA do [prior e vigário-geral da capitania de Pernambuco], Domingos de Lima, ao rei [D. João IV], sobre os excessos de autoridade cometidos pelo administrador dos soldados de Pernambuco, frei Mateus de São Francisco, causando discórdias e deserções entre os militares.  
**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 405.**

**406- 1650, agosto, 1, Recife**

CARTA do [capitão da capitania de Pernambuco], Henrique Dias, ao rei [D. João IV], sobre a má administração exercida pelo mestre-de-campo geral da dita capitania, Francisco Barreto e que este o trata com palavras indecentes e não lhe paga o soldo devido.  
**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 406.**

**407- 1650, setembro, 10, [Pernambuco]**

CARTA dos oficiais da Câmara de Pernambuco ao rei [D. João IV] sobre o estado de miséria daquele povo, a falta de abastecimento de armas e alimentos; referindo-se a solicitação que fora feita ao mestre-de-campo geral, Francisco Barreto, para enviar o tenente Filipe Bandeira de Melo ao Reino, a fim de relatar a situação da dita capitania.  
**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 407.**

**408- 1650, setembro, 17, Pontal de Nazaré**

CARTA do [mestre-de-campo geral da capitania de Pernambuco], Francisco Barreto, ao rei [D. João IV], sobre as perdas dos navios enviados pelo Reino e a miséria em

que se encontra aquele povo, pedindo a remessa de duas caravelas a cada mês com bacalhau e sardinha e também sobre o envio do tenente Filipe Bandeira de Melo ao Reino para informar a situação da dita capitania

**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 408.**

**409- 1650, setembro, 20, Pontal de Nazaré**

CARTA do [provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco], Cosmo de Castro Passos, ao [presidente do Conselho Ultramarino], conde de Odemira, [D. Francisco de Faro e Noronha], sobre como foram detidas pelos holandeses as naus que levavam socorro àquela capitania e as dificuldades existentes na campanha.

**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 409.**

**410- 1650, setembro, 20, Pontal de Nazaré**

CARTA do [provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco], Cosmo de Castro Passos, ao rei [D. João IV], sobre o lamentável estado de miséria em que fica aquela capitania devido as perdas das naus de assento, e pedindo novo envio de socorro através de caravelas.

**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 410.**

**412- [post. 1650, dezembro, 20, Pernambuco]**

REQUERIMENTO da viúva Isabel de Breu ao rei [D. João IV], pedindo cumprimento do alvará de lembrança da propriedade do ofício de escrivão dos Órfãos da capitania de Pernambuco para casamento de sua filha ou para seu filho Antônio de Abreu.

**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 412.**

**421- 1651, julho, 8, Arraial [de Pernambuco]**

CARTA do [mestre-de-campo geral da capitania de Pernambuco], Francisco Barreto, ao rei [D. João IV], sobre a sua aceitação em continuar assistindo na campitania.

**AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 421.**

**453- [ant. 1653, agosto, 23, Pernambuco]**

REQUERIMENTO do frei Mateus de São Francisco ao rei [D. João IV], pedindo que do dinheiro procedido dos frutos da capitania de Pernambuco, envie mantimentos e fardas para os militares que se encontram em estado de miséria.

**AHU\_CU\_015, Cx. 6, D. 453.**

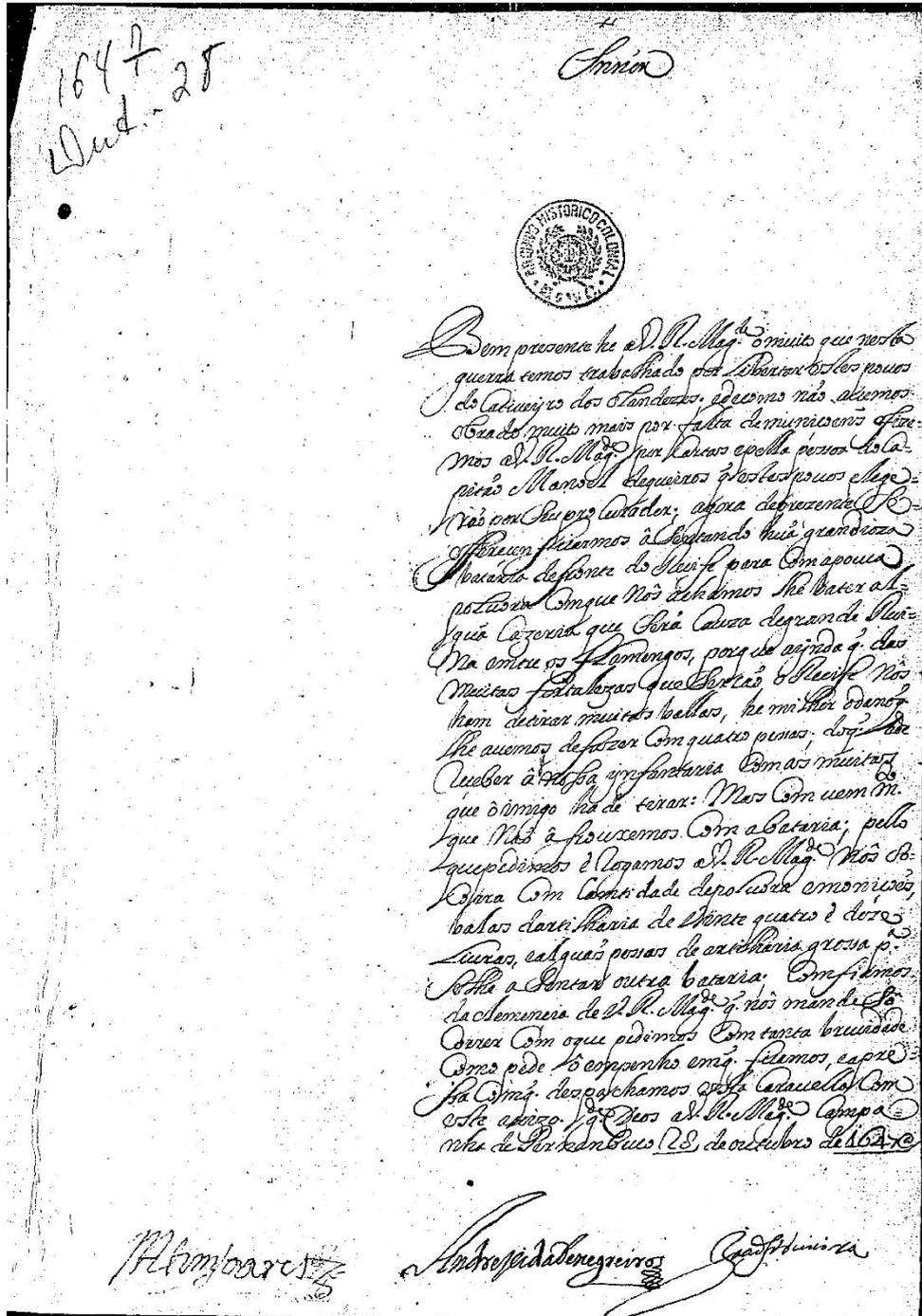
**464- 1654, março, 12, Recife**

CARTA do mestre-de-campo geral da capitania de Pernambuco, Francisco Barreto, ao rei [D. João IV], sobre a restituição dos bens que se retiraram aos moradores da dita capitania, por determinação do capitão-mor da mesma, Matias de Albuquerque, por terem fugido da mesma durante a guerra, e como seus primeiros donos, solicitam a reintegração de seus engenhos e fazendas.

**AHU\_CU\_015, Cx. 6, D. 464.**

ANEXOS

Anexo 1 – Digitalização da carta dos mestres de campo André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira e Martim Soares Moreno ao Rei D. João IV, datada de 28 de outubro de 1647, sobre a situação da guerra contra os holandeses, e pedindo o envio de munições (AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 364).<sup>39</sup>



<sup>39</sup> Disponível em: < [https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=015\\_PE&pagfis=2860](https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=015_PE&pagfis=2860) >. Acesso em 11/02/2024.

*Anexo 2 – Transcrição paleográfica da carta dos mestres de campo André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira e Martim Soares Moreno ao Rei D. João IV, datada de 28 de outubro de 1647, sobre a situação da guerra contra os holandeses, e pedindo o envio de munições (AHU\_CU\_015, Cx. 5, D. 364)*

**Emissor e sua titulação** – André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira e Martim Soares Moreno, mestres de campo da Capitania de Pernambuco, durante a dominação neerlandesa;

**Endereçamento ou destinatário** – D. João IV (1604 – 1656), monarca português, de 1640 a 1656 (fluxo ascendente);

**Função/tipologia** – Carta de autoridade;

**Data tópica e a cronologia** – Recife, 28/10/1647;

**Número de páginas** – 1;

**Notação ou cota (data-limite)** – Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Arquivo Central de Lisboa (ACL), Conselho Ultramarino (CU), 015, Cx. 5, D. 364;

**Ementa:**

CARTA dos [mestres-de-campo da capitania de Pernambuco], André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira e Martim Soares Moreno, ao rei [D. João IV], sobre a situação da guerra contra os holandeses, e pedindo o envio de munições.

**Transcrição:**

<margem superior esquerda: 1647, Out. 28>

<margem superior direita: carimbo (arquivo histórico colonial);

Senhor

01. Bem presente he a Vossa Real Magestade o muito que nesta
02. guerra temos trabalhado por libertar estes povos
03. do cativeyro dos Olandeses; e de como não avemos
04. obrado muito mais por falta de muniçõens o fize-
05. mos a Vossa Real Magestade por Cartas e pella pessoa do Ca-
06. pitão Manoel de Queiros que estes povos elege-
07. rão por seu procurador; agora de presente se

08. *offereçen ficarmos asentando hu[m]a grandioza*  
 09. *batária defronte do Recife para com a pouca*  
 10. *polvora com que nos achamos lhe bater al-*  
 11. *guma cazeria que será couza de grande rui-*  
 12. *na entre os flamengos, porque ainda que das*  
 13. *muitas fortalezas que sercão o Recife nos*  
 14. *ham de tirar muitas ballas, he melhor o dano que*  
 15. *lhe avemos de fazer com quatro pessoas; do que a de*  
 16. *receber a nossa ynfantaria com as muitas*  
 17. *que o inimigo lha de tirar: Mas convem muito*  
 18. *que não âfrouxemos com a bateria; pello*  
 19. *que pedimos e rogamos a Vossa Real Magestade nos so-*  
 20. *corra com camtidade de polvora e monições,*  
 21. *balas dartilharia de vinte e quatro e doze*  
 22. *livras, e algumas pessoas de artilharia grossa p[ar]a*  
 23. *se lhe asentar outra bateria; comfiamos*  
 24. *da clemencia de Vossa Real Magestade que nos mande so-*  
 25. *correr com o que pedimos com tanta brevidade*  
 26. *como pede o empenho em que ficamos, e a pré-*  
 27. *ssa com que despachamos esta caravella com*  
 28. *este avizo. Guarde Deos a Vossa Real Magestade Campa-*  
 29. *nha de Pernambuco 28 de outubro de 1647 anno.*

*Martim Soares Moreno*

*André Vidal de Negreiros*

*João Fernandes Vieira*